

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 143/2025
Data: 24/09/2025**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
OBRAS DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS AVANÇAM 30% EM 2 ANOS; VEJA O ANDAMENTO	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ASSINA CONVÊNIO PARA INSTALAR CENTRO TECNOLÓGICO	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
VOTAÇÃO DO PROJETO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SERÁ NO DIA 1º DE OUTUBRO	6
CONEXÕES TRANSNORDESTINA: O IMPACTO DA FERROVIA EM BELO JARDIM E AGRESTE	7
PROJETO BILIONÁRIO DE DESSALINIZAÇÃO NO CE AVANÇA COM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
ANTAQ É A TERCEIRA MELHOR AGÊNCIA NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS	10
ANTAQ ABRE TOMADA DE SUBSÍDIOS QUE TRATA DO AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM	11
AGÊNCIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO ARRENDAMENTO DO TERMINAL RDJ06A	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	13
EM CONGRESSO DA OAB, MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS DESTACA AÇÕES DE SEGURANÇA NOS PORTOS BRASILEIROS	13
ESTALEIRO EM ITAJAÍ (SC) RECEBERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 2,5 BILHÕES DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE PARA NOVAS EMBARCAÇÕES	14
COM INVESTIMENTOS DE R\$ 436 MI, PORTOS DE SANTA CATARINA TERÃO OPERAÇÕES AMPLIADAS	15
MPOR APRESENTA AVANÇOS NO SETOR HIDROVIÁRIO DURANTE CONGRESSO PORTOS & COSTAS BRASIL 2025	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – SAF EM ESCALA INDUSTRIAL	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - ANP PRORROGA CONTRATOS E PREVÊ R\$ 17 BI EM INVESTIMENTOS	19
<i>Contratos prorrogados</i>	19
<i>Produção</i>	19
<i>Setor terrestre</i>	19
<i>Leilão adiado</i>	19
<i>Projeto de concessão</i>	19
<i>Aumento de capacidade</i>	20
NACIONAL - LULA PROPÕE CONSELHO CLIMÁTICO NA ONU E COBRA COMPROMISSOS PARA A COP30	21
NACIONAL - GOVERNO LANÇA PACOTE DE OBRAS PARA IMPULSIONAR PORTOS CATARINENSES	21
NACIONAL - IMBITUBA TERÁ R\$ 120 MILHÕES PARA OBRAS E NOVO POSTO DA MARINHA	23
NACIONAL - PETROBRAS PRODUZ COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ	23
PORTO DE SANTOS - DP WORLD RENOVA CONTRATO COM A HAPAG-LLOYD PARA ALAVANCAR OPERAÇÕES	25
REGIÃO SUDESTE - CAMPANHA DE DRAGAGEM DE SÃO SEBASTIÃO DEVERÁ SER CONCLUÍDA EM OUTUBRO	26
OPINIÃO – DIREITO - O PL 733/2025 E O RETORNO DOS TERMINAIS RETROPORTUÁRIOS ALFANDEGADOS	27
OPINIÃO – COMUNICAÇÃO - LIÇÕES GLOBAIS DE UMA IMPRENSA EM PERIGO	29
JORNAL O GLOBO – RJ	31
BRASIL É UMA DAS 'BOLAS DA VEZ' EM INTERESSE ESTRANGEIRO POR TÍTULOS EM DÓLAR, DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO	31
CHINA ABRE MÃO DE BENEFÍCIOS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NA OMC PARA ALIVIAR TENSÃO COM EUA	33
PROTAGONISMO BRASILEIRO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL	35
BESSENT DIZ QUE EUA ESTÃO NEGOCIANDO LINHA DE SWAP DE US\$ 20 BI COM A ARGENTINA	37
EFEITO COLATERAL DO TARIFAÇO DE TRUMP: CHINA INUNDA O MUNDO COM ONDA DE EXPORTAÇÕES BARATAS	39
NEGOCIAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA PODE INCLUIR MINERAIS CRÍTICOS E REGULAÇÃO DE BIG TECHS	40
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	42
VALLOUREC APOSTA EM PROJETO DA PETROBRAS PARA AMPLIAR PARCERIA COM A ESTATAL	42
REFORMA TRIBUTÁRIA: ANFAVEA ARTICULA LIMITAR 'IMPOSTO DO PECADO' PARA VEÍCULOS EM 5%	42
CHINA VAI ABRIR MÃO DE STATUS DE 'PAÍS EM DESENVOLVIMENTO' NA OMC, EM MEIO A NEGOCIAÇÕES COM OS EUA	43
EUA DISCUTEM LINHA DE FINANCIAMENTO DE US\$ 20 BI COM A ARGENTINA, DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO	45
VALOR ECONÔMICO (SP)	46
CAMEX REDUZ TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE 15 PRODUTOS 'CRUCIAIS' PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA	46
VENDAVAL INTERROMPE PRODUÇÃO NA TOYOTA EM PORTO FELIZ (SP)	47
TRIBUTAÇÃO SOBRE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA ESTÁ PACIFICADA COM FAZENDA, DIZ MERCADANTE	48



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 143/2025
Página 3 de 59
Data: 24/09/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	49
ANTAQ RECEBE CONTRIBUIÇÕES SOBRE AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM	49
IBAMA APROVA AVALIAÇÃO PRÉ-OPERACIONAL REALIZADA PELA PETROBRAS NA MARGEM EQUATORIAL	49
TECON SANTOS 10: CADE APONTA RISCOS CONCORRENCIAIS EM REGRAS DO LEILÃO	50
PORTO DE IMBITUBA SUPERA 5 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ AGOSTO	53
INC FECHA CONTRATO PARA CONSTRUIR BARCO ESPECIALIZADO EM RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS OLEOSOS	53
PORTOS CATARINENSES RECEBERÃO R\$ 436 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO DE OPERAÇÕES	54
TP25: PETROBRAS OBTÉM HABILITAÇÃO PRÉVIA DE 16 NAVIOS PARA DEPRECIÇÃO ACELERADA	55
NA ONU, LULA DEFENDE AÇÕES PARA REDUZIR IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	56
ENCONTRO ENTRE LULA E TRUMP REFORÇA IMPORTÂNCIA DA RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA, AVALIA CNI	57
CABOTAGEM REGISTROU MAIOR MOVIMENTAÇÃO PARA O MÊS DE JULHO	58
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	59
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	59



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

OBRAS DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS AVANÇAM 30% EM 2 ANOS; VEJA O ANDAMENTO

Novas linhas férreas no cais permitem escoamento de até 40 milhões de toneladas de grãos e celulose por ano, afirma Fips

Por Bárbara Farias 24 de setembro de 2025



Cessão da Fips entrou em vigor em 1º de outubro de 2023 e prevê investimentos para operação de 35 anos (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

As obras de infraestrutura na Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) avançaram 30% em quase dois anos, incluindo três novas linhas férreas nas duas margens do complexo portuário santista que permitem o escoamento de até 40 milhões de toneladas de grãos e celulose por ano. As informações são da Associação Gestora (AG) da Fips, que espera concluir todos os investimentos,

calculados em R\$ 1 bilhão, até 2028, dentro do cronograma previsto.

A cessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos entrou em vigor em 1º de outubro de 2023 e tem vigência de 35 anos, prorrogáveis por igual período, para gestão, operação, manutenção e expansão da linha férrea. A AG-Fips é uma sociedade de propósito específico formada pela Rumo, MRS e VLI, que substituiu a Portofer na gestão da ferrovia.

Conforme o contrato, a cessionária terá que investir em projetos de infraestrutura nos primeiros cinco anos com o objetivo de ampliar a capacidade de escoamento de produtos, de 51 milhões de toneladas por ano para 115 milhões de toneladas por ano, no complexo portuário santista.

De acordo com a AG-Fips, já foram concluídos o bulevar aéreo de acesso ao Parque Valongo; a ampliação do Pátio Ferroviário de Conceiçãozinha, em Guarujá, em operação desde agosto de 2024 e que aumenta a capacidade de recebimento de grandes volumes de cargas; e a implantação do Cluster de Celulose Macuco, em Santos, operando desde o início de 2025, e que amplia a malha ferroviária para atender ao crescimento do setor de celulose e ao corredor de exportação.

“Essas obras permitem o escoamento de até 40 milhões de toneladas por ano de grãos e celulose, reforçando a capacidade de exportação do Porto”, afirmou a AG-Fips.

“Estamos orgulhosos do progresso alcançado até o momento, isso reflete nosso compromisso com a eficiência e competitividade do Porto de Santos. Já é possível observar aumento da movimentação de grãos e celulose, com impactos positivos gerados pela infraestrutura entregue”, afirmou o presidente da AG-Fips, João Almeida.

Quanto à pera ferroviária, um pátio circular que possibilitará o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem, a AG-Fips informou que as obras seguem em andamento e a conclusão está prevista para o segundo semestre de 2026.

“Aguardada há mais de dez anos, a obra foi dividida em sete fases: quatro delas concluídas, e as fases cinco e seis iniciadas recentemente. Essa intervenção é considerada fundamental para a eficiência logística e atendimento aos terminais de Outeiros, Macuco e Ponta da Praia”, pontua a empresa.

Além da pera, para o próximo ano está prevista a implantação do Controle de Tráfego Ferroviário Centralizado (CTC), “que modernizará o gerenciamento das composições no trecho entre Outeiros e Ponta da Praia, aumentando a segurança e a confiabilidade das operações”, diz a cessionária.

Terminal tem aporte de R\$ 2,5 bilhões

Em conjunto com a CHS, a Rumo Logística está desenvolvendo um novo terminal portuário na área do terminal da DP World no Porto de Santos, com aporte de R\$ 2,5 bilhões. O empreendimento, que aguarda conclusão do licenciamento ambiental, terá obras com duração estimada de 30 meses e capacidade anual de movimentação de até 9 milhões de toneladas de grãos e 3,5 milhões de toneladas de fertilizantes.

“A Rumo vem contribuindo para impulsionar o crescimento de capacidade no Porto de Santos por meio de importantes investimentos e parcerias estratégicas. Já o conjunto de projetos da Fips prevê acrescentar ao menos 25 milhões de toneladas à capacidade do Porto até 2030”, informou a companhia ferroviária, em nota.

A empresa informou também que avança com a Ferrovia de Mato Grosso (FMT), considerada o maior projeto ferroviário em execução no País e pioneiro no modelo greenfield. “Com 740 quilômetros de extensão, a ferrovia terá sua primeira fase entregue no segundo semestre de 2026: 160 quilômetros de trilhos e um terminal de transbordo rodoferroviário com capacidade para movimentar 10 milhões de toneladas por ano”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/09/2025

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ASSINA CONVÊNIO PARA INSTALAR CENTRO TECNOLÓGICO

Parceria tem como prioridade a otimização do agendamento de cargas rodoviárias

Por A Tribuna.com.br 24 de setembro de 2025 às 10:31



Parceria com PIT foi assinada em evento em São José dos Campos (Divulgação/APS)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Parque de Inovação Tecnológica (PIT) de São José dos Campos (SP) assinaram, na segunda-feira, um convênio para a instalação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Gestão do Porto de Santos.

De acordo com o presidente da APS, Anderson Pomini, o acordo com o PIT é um lançamento do Porto do Futuro.

“O Porto de Santos cresce de forma que nos impõe uma grande responsabilidade: o crescimento com planejamento”, disse Pomini.

Segundo ele, o papel do Porto é “buscar no País as melhores parcerias, por isso procuramos o PIT, um dos principais polos de tecnologia do Brasil”, detalhou o presidente da APS no evento, que aconteceu no Vale do Paraíba.

O Centro será instalado em uma das oficinas da sede da APS. O projeto vem sendo desenvolvido há mais de um ano pela equipe técnica da Autoridade Portuária, segundo a gestora do cais.

A parceria entre a administração portuária santista e o PIT tem como prioridade a otimização do agendamento de cargas rodoviárias no Porto e a inovação no sistema portuário.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/09/2025

ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

VOTAÇÃO DO PROJETO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SERÁ NO DIA 1º DE OUTUBRO

O texto aprovado na comissão elevou de R\$ 7 mil para R\$ 7.350 a renda máxima que terá redução parcial de imposto

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Arthur Lira (ao lado de Motta) participou da reunião do Colégio de Líderes que definiu a data de votação do projeto que envolve Imposto de Renda. Foto: Marina Ramos / Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que agendou para quarta-feira da próxima semana (1º/10) a votação do projeto que concede isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Motta participou de reunião de líderes com a presença do

relator do texto, deputado Arthur Lira (PP-AL).

“Vamos avançar com equilíbrio e diálogo, trabalhando em pautas importantes para o Brasil”, afirmou Motta, por meio de suas redes sociais.

Lira afirmou que o clima entre os parlamentares é de contribuição para aperfeiçoar o texto. Segundo ele, o prazo para que deputados apresentem emendas ao texto foi aberto até a votação da proposta, já anunciada pelo presidente da Casa. Lira apresentou o texto na reunião de líderes desta terça-feira (23).

“Agora, todos podem apresentar emendas ao texto. Vamos discutir e nos colocamos à disposição de todas as bancadas. Ressaltamos a importância do texto, que é essencial para as pessoas que recebem menos no País e que a gente tente fazer um debate mais técnico possível, com sobriedade. Enfim, o melhor debate possível”, destacou Lira.

Renda máxima para redução parcial de imposto

O texto aprovado na comissão elevou de R\$ 7 mil para R\$ 7.350 a renda máxima que terá redução parcial de imposto. A taxação de contribuintes de alta renda, com um mínimo de 10% de alíquota, é a principal fonte de compensação dos custos da isenção – de quase R\$ 26 bilhões – e incluirá o que eles ganham com lucros e dividendos de empresas.

De acordo com Lira, há uma preocupação da Casa em garantir a arrecadação dos estados e dos municípios com o texto e que essa garantia vai ficar ainda mais clara no texto que será apresentado no Plenário na próxima semana. Lira disse ainda que vai manter a taxação de contribuintes de alta renda para compensar a isenção tributária proposta pelo governo.

“Há divergências políticas e econômicas em relação às compensações. Vamos ver com relação ao emendamento, mas o clima [na reunião de líderes] era de muita tranquilidade para poder contribuir para o aperfeiçoamento do texto. Tudo aquilo que puder contribuir para o texto ficar mais claro, mais seguro e mais transparente, a gente vai trabalhar”, disse o relator.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 24/09/2025

CONEXÕES TRANSNORDESTINA: O IMPACTO DA FERROVIA EM BELO JARDIM E AGRESTE

O Conexões Transnordestina já foi realizado em Salgueiro, Petrolina e Araripina. Belo Jardim é a primeira cidade do Agreste a receber o evento, que vai passar por São Bento do Una, Caruaru e Recife

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Trecho Salgueiro-Suape da Ferrovia Transnordestina.
Foto: Movimento Econômico

O Seminário Conexões Transnordestina – A Ferrovia que Mudará Pernambuco vai reunir executivos, especialistas, empresários e técnicos na sua quarta edição que acontecerá em Belo Jardim nesta quinta-feira (25), às 9h, no Hotel Lacazzona. É a primeira cidade do Agreste a receber o evento, promovido pelo Movimento Econômico com o patrocínio da Sudene, Complexo Industrial e Portuário e Suape e Grupo Moura. O objetivo é discutir o impacto da futura implantação do trecho Salgueiro-Suape na cidade e

municípios vizinhos.

A implantação deste trecho pode reduzir custos logísticos, fortalecer polos econômicos já existentes, como a avicultura – espalhado por várias cidades do Agreste – e o polo gesso, no Sertão do Araripe, além de atrair novos investimentos para a região.

A 105 km do Recife, a cidade de Belo Jardim tem indústrias como a Baterias Moura, a Palmeiron e a Frango Natto, que poderiam se beneficiar do ramal ferroviário ligando Suape ao Agreste, escoando a sua produção e adquirindo insumos de forma mais barata. É o caso do milho que poderia chegar de uma forma mais competitiva à região, caso tivesse um meio mais barato de transporte do que o rodoviário.

Os produtores de frangos e ovos do Agreste pernambucano trazem o produto a uma distância média de 1200 km. No evento, o assunto será abordado pelo vice-presidente da Avipe e presidente do Instituto Ovos Brasil, Edival Veras. Segundo ele, o preço do frete deste produto pode cair em até 30%, caso o produto chegasse de trem ao Agreste.

Também vão participar do evento o superintendente da Sudene, Francisco Alexandre; o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti; o diretor de Metalurgia, Compras e Sustentabilidade da Baterias Moura, Flávio Bruno; e um dos maiores especialistas em transporte, o engenheiro Maurício Pina, membro das academias nacional e pernambucana de engenharia.

“A implantação deste trecho vai ser um grande avanço para o Porto de Suape, porque vai poder carregar uma carga no Piauí, como a produção de grãos que não é pequena e está crescendo, levando até Suape”, resumiu o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Bruno Veloso, acrescentando que só esta carga justificaria o trecho Salgueiro-Suape.

Bruno Veloso argumentou também que a conclusão do trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina é uma necessidade para os diversos setores produtivos de Pernambuco. E citou o Araripe como um polo já impactado pela falta da ferrovia. “Há muitos anos o polo de Araripina não tem crescido. E as nossas importações de gesso, que vem da Espanha, estão aumentando cada vez mais”, lembrou o executivo. Um dos fatores que faz o gesso espanhol chegar mais barato nos grandes centros consumidores do Brasil é o preço do transporte rodoviário do Araripe para as grandes capitais do País.



Trecho da Transnordestina cearense (foto) entre Missão Velha e o Porto de Pecém. Foto: Ministério dos Transportes/ Divulgação

Situação da Transnordestina em Pernambuco

No projeto original, a Ferrovia Transnordestina começava na cidade de Eliseu Martins, no Piauí, seguia até a cidade pernambucana de Salgueiro, depois se dividindo em dois trechos: o Missão Velha-Porto de Pecém, todo no Ceará, e o Salgueiro-Porto de Suape, em Pernambuco. O trecho cearense teve as obras retomadas em 2023 e dever ter uma primeira etapa concluída em 2027.

As obras da Transnordestina começaram em 2006. O trecho pernambucano está com as obras paralisadas desde 2016. Atualmente, a Infra S.A., empresa do governo federal, realiza estudos do projeto básico e executivo desta parte da ferrovia. A expectativa é de que o edital para retomada das obras no trecho Salgueiro-Suape seja lançado em outubro.

O seminário de Belo Jardim será o quarto da série Conexões Transnordestina, que percorre o Estado discutindo quais os impactos regionais da ferrovia. O primeiro ocorreu em Salgueiro, em julho, seguido por encontros em Araripina e Petrolina, em agosto. As próximas edições acontecerão em São Bento do Una, em outubro, e em Caruaru e Recife, em novembro.

“Os primeiros seminários já surtiram efeito, conseguindo trazer à baila a cobrança pública e conjunta de todas as forças de Pernambuco em defesa do trecho pernambucano”, comentou o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti. Quando esteve em Pernambuco, no começo deste mês, o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse que o edital das obras do trecho pernambucano seria lançado em outubro.

A participação é gratuita e as inscrições estão abertas e podem ser feitas neste link do **Sympla**.

<https://www.sympla.com.br/evento/conexoes-transnordestina-a-ferrovia-que-mudara-pernambuco/3111454?referrer=movimentoeconomico.com.br>

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 24/09/2025

PROJETO BILIONÁRIO DE DESSALINIZAÇÃO NO CE AVANÇA COM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O projeto de dessalinização, conduzido pela Cagece em parceria com o consórcio Águas de Fortaleza, teve seu local de instalação alterado para evitar impactos à infraestrutura de cabos submarinos de internet

Por Bruno Brandão - De Fortaleza



Projeto da usina com capacidade de produzir 1 metro cúbico de água potável por segundo – Foto: Cagece

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) concedeu a Licença de Instalação para a usina de dessalinização na Praia do Futuro, em Fortaleza, conhecida como Dessal do Ceará. A autorização marca uma nova etapa no projeto, conduzido pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em parceria com o consórcio Águas de Fortaleza, e permite que o

empreendimento avance rumo às obras civis.



A planta será a primeira de grande porte na América Latina, com capacidade de produzir 1 metro cúbico (o equivalente a mil litros) de água potável por segundo. O objetivo é reforçar a segurança hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza, que concentra a maior parte da população do Estado, e reduzir a dependência dos reservatórios, frequentemente afetados pela irregularidade das chuvas. Segundo o governo, a entrada em operação da usina também deverá aliviar a pressão sobre os mananciais que abastecem municípios do interior, beneficiando diferentes regiões do Ceará.

Em entrevista ao Movimento Econômico, o diretor de Engenharia da Cagece, José Carlos Asfor, destacou que a conquista da licença exigiu articulação complexa. “Por se tratar da maior planta de dessalinização do Brasil e uma das maiores da América Latina para fins potáveis, foi necessário um novo olhar por parte do órgão ambiental e uma articulação ampla entre diferentes setores e órgãos estaduais, municipais e federais”, explicou.

Ele ressalta que o processo envolveu Licença Prévia, elaboração do EIA/RIMA, audiências públicas, pareceres técnicos e estudos complementares, como planos básicos ambientais. “O desafio foi tanto técnico e ambiental quanto social, exigindo cooperação, transparência e inovação para garantir que todas as etapas fossem cumpridas com responsabilidade e sustentabilidade.”

Com o aval ambiental, o projeto segue agora para a etapa de alvará de construção junto à Prefeitura de Fortaleza. “As obras iniciarão após a obtenção do alvará de construção pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e com a instalação do canteiro de obras que também passará por aprovação da gestão municipal. As primeiras intervenções em terra estão previstas ainda para este ano”, afirmou Asfor. Ele acrescenta que, por envolver a instalação de dutos em terreno de marinha, a autorização da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) também será necessária.

O contrato de Parceria Público-Privada (PPP) tem duração de 30 anos e prevê investimentos de R\$ 3,1 bilhões, sendo R\$ 526 milhões destinados especificamente à construção da usina e das tubulações necessárias. Sobre a operação, Asfor destacou: “A responsável pela operação e manutenção da planta de dessalinização será a empresa Águas de Fortaleza, que será remunerada pela Cagece de acordo com os volumes de água solicitados. A companhia também fará a gestão operacional e acompanhamento da realização dos serviços pela Sociedade de Propósito Específico (SPE).”

O processo de licenciamento exigiu ainda a definição de condicionantes ambientais. Foram estabelecidas 65 medidas, incluindo monitoramento da fauna e flora marinha, gerenciamento de resíduos e execução de um Plano Básico Ambiental.

Projeto ao longo prazo

A ideia da Dessal do Ceará começou a ser estruturada ainda na década passada, em resposta às limitações do sistema hídrico estadual. Desde então, o projeto passou por debates técnicos e sociais, além de ajustes de localização. Inicialmente prevista para um ponto da Praia do Futuro, a usina precisou ser realocada cerca de 1 km adiante após questionamentos do setor de telecomunicações, que apontava riscos à integridade de cabos submarinos de internet.

“As primeiras negociações e ajustes de localização mostraram a importância do diálogo. O diálogo com as comunidades vizinhas foi fundamental para apresentar o projeto, esclarecer dúvidas e reforçar sua importância para a segurança hídrica da população”, explicou Asfor.

Paralelamente, técnicos da Cagece, do consórcio Águas de Fortaleza e da própria Semace realizaram visitas a Israel, país considerado referência em dessalinização. O objetivo foi conhecer experiências em plantas de osmose reversa, a mesma tecnologia a ser aplicada em Fortaleza, e incorporar boas práticas já consolidadas internacionalmente.

Além da produção de água potável, a Cagece desenvolve, em parceria com o governo da Holanda, um estudo para avaliar formas de aproveitamento da salmoura — resíduo resultante do processo de

dessalinização. A proposta busca transformar esse material em produtos de valor agregado, como minerais e insumos químicos, criando alternativas de uso econômico para o subproduto.



Com um investimento total de R\$ 3,1 bilhões e previsão de conclusão em 2027. Foto: Cagece

Benefícios para Fortaleza e o interior

O impacto da Dessal do Ceará será direto no abastecimento da capital. “Cerca de 720 mil pessoas serão diretamente beneficiadas. Ao garantir um incremento de 12% de água para a RMF, onde está localizada a maior parcela da população cearense, a Dessal do Ceará também vai reduzir a necessidade de trazer água para a capital do sistema hídrico que

abastece os outros municípios do interior”, destacou o diretor.

Empregos e capacitação

O projeto também se destaca pela geração de oportunidades. “O projeto prevê a geração de empregos diretos e indiretos tanto na fase de construção quanto na operação da planta, priorizando a contratação e capacitação de mão de obra local conforme o perfil e a área de conhecimento dos profissionais”, afirmou Asfor.

Ele ressaltou ainda que a iniciativa contempla capacitações para trabalhadores cearenses. “O objetivo é garantir que a expertise gerada permaneça na região, promovendo não apenas geração de empregos, mas também transferência de conhecimento e valorização do capital humano cearense.”

Impasse com o futuro tecnológico

Um dos pontos de maior debate ao longo do processo foi a localização da usina. O setor de telecomunicações manifestou preocupação com a instalação da estrutura de captação no ponto inicialmente previsto na Praia do Futuro, em Fortaleza. O argumento era de que havia risco de rompimento de cabos submarinos que conectam o Brasil a outros continentes, o que poderia comprometer a estabilidade da internet em escala nacional.

Diante da pressão e após negociações entre governo estadual, operadoras e órgãos reguladores, o projeto foi alterado e a usina será construída cerca de um quilômetro adiante do local original. Para o presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, Marcos Ferrari, a mudança foi resultado de um diálogo construtivo. “Em uma avaliação preliminar da proposta apresentada entendemos que esse diálogo chegou a um bom termo.”

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 24/09/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ É A TERCEIRA MELHOR AGÊNCIA NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS

O Ranking da Qualidade da Informação de Custos é elaborado pelo Ministério da Fazenda

Brasília, 23/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) conquistou o terceiro lugar no Ranking da Qualidade da Informação de Custos entre as agências governamentais em 2024, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

A avaliação considera indicadores de personalização, regularidade, dispersão e economicidade. Somados, esses índices resultam em uma nota de 0 a 10. Em 2024, a ANTAQ alcançou nota de 5,889.

No ranking consolidado, que considera a nota de todos os participantes da Administração Pública Federal, a Agência ficou com o 30º lugar entre os 175 avaliados de 2024. Isso reforça o compromisso da Agência com as melhores práticas na gestão da informação de custos.



O ranking faz parte do esforço do Tesouro Nacional para incentivar a gestão de custos na Administração Pública Federal por meio do reconhecimento dos órgãos e entidades que tratam de forma adequada seus dados contábeis com o objetivo de gerar informações úteis para a gestão.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

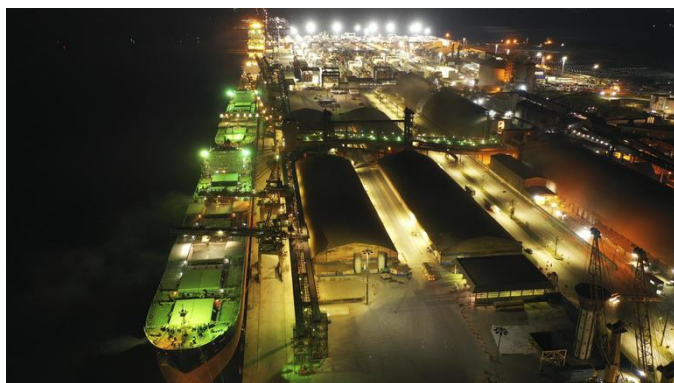
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 24/09/2025

ANTAQ ABRE TOMADA DE SUBSÍDIOS QUE TRATA DO AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

O foco será o transporte de graneis sólidos e neogranéis. Contribuições podem ser enviadas até o dia 23 de outubro



Brasília, 23/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) abriu, nesta terça-feira (23), o processo de tomada de subsídios para tratar do afretamento por tempo na navegação marítima, com ênfase sobre a cabotagem.

O objetivo é obter contribuições, subsídios e sugestões referentes ao relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) preliminar desse tema, que está incluído na Agenda Regulatória 2025/2028. As contribuições podem ser

enviadas até o dia 23 de outubro de 2025.

O relatório apontou algumas soluções, com foco no segmento de transporte de graneis sólidos e neogranéis, como vincular o afretamento a uma carga específica, ampliar prescrições, regulamentar

o bloqueio parcial, estabelecer período máximo para o afretamento por tempo, e ampliar a duração e a antecedência da circularização em relação ao embarque.

A participação social permitirá o aprimoramento dos fundamentos que subsidiarão o aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios relacionados ao afretamento por tempo na navegação de cabotagem. Além disso, a atualização é necessária para que os procedimentos de afretamento estejam alinhados aos aperfeiçoamentos trazidos pela Lei 14.301/2022, BR do Mar.

Também será realizado um webinar ao vivo para a apresentação técnica do relatório de AIR. A data será divulgada em breve. O encontro será transmitido pelo canal da ANTAQ no Youtube.

A Tomada de Subsídios SRG nº 2/2025-ANTAQ é voltada exclusivamente para a navegação de cabotagem. Ela integra a abordagem do tema 2.1 da Agenda Regulatória da Antaq 2025/2028 — Afretamento por tempo na navegação marítima, que também contempla a navegação de apoio marítimo. Entretanto, para esse último segmento, está sendo elaborado um relatório de AIR específico, que em breve, será submetido à participação social.

Contribuições

Mais informações sobre a tomada de subsídios estão disponíveis neste link.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 23 de outubro de 2025. Os envios devem ser realizados exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da autarquia. Para o envio de imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos devem ser encaminhados para o e-mail: srg@antaq.gov.br.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-la utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, desta Agência, no caso de Brasília, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 23/09/2025

AGÊNCIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO ARRENDAMENTO DO TERMINAL RDJ06A



Brasília, 23/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta terça-feira (23), a Audiência Pública nº 5/2025, para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização do arrendamento do RDJ06A.

O terminal, localizado no Porto do Rio de Janeiro (RJ), é destinado à movimentação e armazenagem de graneis líquidos não inflamáveis, especialmente óleos básicos e conta com área de 11.800 m². O

investimento direto previsto é de R\$ 24,9 milhões ao longo dos 25 anos do contrato.

O diretor Alber Vasconcelos, relator da audiência, apontou a importância do andamento desse processo licitatório para garantir mais segurança, ganho de eficiência e mais investimentos para o terminal.

No total, durante a audiência, uma pessoa contribuiu de forma oral. O período da consulta pública se estende até sexta-feira (26).

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do arrendamento do terminal RDJ06A estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 26 de setembro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia052025@antag.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 24/09/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

EM CONGRESSO DA OAB, MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS DESTACA AÇÕES DE SEGURANÇA NOS PORTOS BRASILEIROS

Durante o II Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, em Brasília, a pasta apresentou políticas e iniciativas voltadas à segurança e à eficiência das operações portuárias



Além de Ministério de Portos e Aeroportos, autoridades portuárias e representantes de associações e entidades participaram do simpósio. - Foto: Divulgação/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou, nessa terça-feira (23) em Brasília, as ações tocadas pela pasta para contribuir com a segurança nos portos brasileiros durante o II Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos. O evento foi promovido pela Comissão de Direito Portuário da OAB/DF e a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). Representando o Ministério, participaram do evento o Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, o diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação, Tetsu Koike, e a coordenadora-geral de Navegação Marítima, Bruna Roncel.

Durante o painel “A primeira concessão hidroviária do Brasil e os possíveis gargalos relacionados à segurança pública”, o secretário Dino Antunes enfatizou o papel estratégico das hidrovias. “Nosso objetivo é estruturar políticas públicas que integrem desenvolvimento logístico e segurança, garantindo operações eficientes, protegendo vidas, bens e o meio ambiente, e destacando a importância de garantir maior presença do Estado nas hidrovias. Essas políticas consolidam um modelo de gestão hidroviária moderno, sustentável e seguro”, afirmou.

O painel foi mediado por Bruna Roncel, que destacou os avanços recentes das políticas públicas e da estruturação do Estado para desenvolver o setor aquaviário brasileiro, como a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação e a regulamentação do Programa BR do Mar. “O desafio das concessões é garantir que esse avanço venha acompanhado de segurança pública e segurança jurídica, unindo investimentos privados, eficiência operacional e proteção de pessoas, bens e do meio ambiente”, disse.

No painel “O uso da tecnologia e inovação como instrumentos de proteção e monitoramento dos portos”, Tetsu Koike apresentou iniciativas do MPor desde 2013 e ressaltou a importância da cooperação entre órgãos como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Marinha, Receita Federal, Autoridades Portuárias, Polícia Federal e Guarda Portuária. “A participação das empresas privadas é crucial para um ambiente compartilhado de informações que apoie o combate a atividades criminosas”, analisou.

A ação coordenada entre os órgãos intervenientes foi apontada, durante o simpósio, como fundamental para o combate ao tráfico de drogas, contrabando, aos crimes transnacionais e ameaças cibernéticas. “É crucial a participação neste debate das empresas privadas que operam nos portos para que tenhamos um ambiente compartilhado de informações que ajude os órgãos de segurança pública no combate às atividades criminosas”, declarou o diretor.

Entre as medidas em vigor no MPor, Koike destaca programas como Porto sem Papel e as Caravanas da Inovação. “São programas que contribuem com a integração de sistemas e desenvolvem a cultura da inovação nos portos, tocando o problema da segurança pública”, acrescentou. O diretor também destacou a necessidade de acompanhar a discussão do PL 733/2025, em tramitação no Congresso Nacional. “O MPor participa das discussões do projeto, que introduz novos dispositivos legais que favorecem a segurança portuária a partir da modernização do marco regulatório”.

Além de Ministério de Portos e Aeroportos, autoridades portuárias e representantes de associações e entidades participaram do simpósio. Compuseram o painel a superintendente de ESG e inovação da Antaq, Cristina Castro; o representante da Receita Federal na Conportos, Cleiton Alves dos Santos; o presidente executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados, Angelino Caputo; e a diretora de Inovação e Transformação Digital do Porto de Suape (PE), Adriana Martin. A mediação foi da secretária-geral adjunta da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF, Nathália Fritz.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/09/2025

ESTALEIRO EM ITAJAÍ (SC) RECEBERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 2,5 BILHÕES DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE PARA NOVAS EMBARCAÇÕES

Serão oito novos navios para a frota; investimento vai gerar mais de 4 mil empregos e fortalecer a indústria naval brasileira



As embarcações que serão construídas incluem quatro navios do tipo Platform Supply Vessel (PSV) e quatro da classe Oil Spill Recovery Vessel (OSRV), todos com motorização híbrida (diesel-elétrica com banco de baterias). - Foto: Divulgação/Estaleiro Detroit Brasil

Com recursos do Fundo da Marinha Mercante, a Starnav Serviços Marítimos assinou, nessa segunda-feira (22) em Itajaí (SC), um contrato de financiamento de R\$ 2,5 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de oito

embarcações no estaleiro Detroit Brasil.

As embarcações que serão construídas incluem quatro navios do tipo Platform Supply Vessel (PSV) e quatro da classe Oil Spill Recovery Vessel (OSRV), todos com motorização híbrida (diesel-elétrica com banco de baterias). A expectativa é reduzir em cerca de 18% as emissões de gases de efeito estufa em relação à frota atual, além de ampliar a capacidade de apoio às operações de petróleo e gás offshore.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressaltou o papel estratégico do FMM para o setor naval brasileiro. "O Fundo é fundamental para apoiar a construção de embarcações no país. Esta assinatura reforça nosso compromisso com o crescimento do setor naval e portuário, com a geração de emprego e renda para a região e contribui para a inovação tecnológica e a sustentabilidade", afirmou. O Ministério de Portos e Aeroportos é o responsável pela gestão do Fundo.

Durante a fase de construção, o estaleiro Detroit Brasil deve gerar 4.500 empregos diretos, movimentando a economia local e fortalecendo a cadeia produtiva nacional. Após a conclusão, os navios serão afretados pela Petrobras em contratos de 12 anos.

Para o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, o projeto vai fortalecer e gerar empregos para o setor naval. "Investimentos como este fortalecem a infraestrutura de navegação, aumentam a eficiência do transporte, geram empregos e promovem operações mais sustentáveis. Esse projeto em parceria com o BNDES, representa um passo importante para consolidar a indústria naval e aprimorar a logística brasileira", destacou o secretário.

Durante o evento, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou a importância do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para impulsionar o investimento na indústria naval de Santa Catarina. "Estamos aprovando R\$ 2,5 bilhões para a construção de oito embarcações no estaleiro Detroit Brasil, que contarão com tecnologia híbrida a diesel e baterias de lítio. Essa iniciativa reforça o esforço do governo federal para fortalecer a indústria naval e a infraestrutura do estado", concluiu.

Participaram também da cerimônia o presidente do Sebrae, Décio Lima; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Gilberto Seleme; e o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/09/2025

COM INVESTIMENTOS DE R\$ 436 MI, PORTOS DE SANTA CATARINA TERÃO OPERAÇÕES AMPLIADAS

Estado possui seis portos públicos e privados; objetivo é fortalecer a infraestrutura portuária local



Cerimônia de assinatura da ordem de serviço da dragagem da Baía da Babitonga e da celebração dos investimentos nos portos de SC - Foto: Jonilton Lima/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve nesta terça-feira (23) no Porto de São Francisco do Sul para participar da cerimônia de assinatura da ordem de serviço da dragagem da Baía da Babitonga e da celebração dos investimentos nos portos de Santa Catarina (SC). O pacote de obras e autorizações somam R\$ 436,6 milhões em investimentos destinados

ao fortalecimento da infraestrutura portuária no Estado.



Atualmente Santa Catarina possui seis portos, sendo Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba, públicos; e Itapoá, Portonave e Teporti, privados estratégicos, voltados à atividade pesqueira e a cargas específicas.

Com forte vocação para a movimentação de contêineres, cargas gerais e granel, o sistema portuário catarinense desempenha papel central no comércio exterior brasileiro, conectando a produção regional e nacional a importantes mercados internacionais.

Entre investimentos públicos e privados, o estado de Santa Catarina conta hoje com mais de R\$ 5,3 bilhões, conforme enfatizou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. “O estado de Santa Catarina é dos que mais cresce no Brasil. É um novo hub de desenvolvimento para o setor portuário nacional. Hoje nós temos seis portos estratégicos e chegaremos a oito portos nos próximos anos. Isso será fundamental para que a gente possa ampliar as nossas operações do setor portuário aqui no Estado”, afirmou o ministro.

Costa Filho ainda reforçou que o setor portuário catarinense vive um amplo crescimento. “Tivemos um crescimento em mais de 10% no setor. Um crescimento exponencial na operação de contêineres, mais de 20% das operações de contêineres no Brasil passam aqui pelos portos de Santa Catarina”, completou.

Dados apurados pelo Ministério de Portos e Aeroportos apontam que, entre janeiro e julho de 2025, os seis terminais movimentaram 16,8 milhões de toneladas: 10,5 milhões em São Francisco do Sul, 4,2 milhões em Imbituba e 2,1 milhões em Itajaí.

Baía da Babitonga

Durante visita ao estado catarinense, Silvio Costa Filho fez um sobrevoo a Baía da Babitonga para observar as instalações do Porto de São Francisco e Porto de Itapoá.

“Chegamos na cidade de São Francisco do Sul para o anúncio de um conjunto de investimentos para melhorar a infraestrutura do setor portuário em Santa Catarina. É um estado que cresce muito, gerando emprego, gerando renda, movimentando a economia. Hoje, Santa Catarina tem mais de R\$ 20 bilhões de investimentos do PAC, do Governo Federal e só no setor portuário são mais de R\$ 10 bilhões em investimentos públicos e privados”, destacou o ministro.

Ao lado do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, o ministro assinou a Ordem de Serviço de Dragagem da Baía da Babitonga, que receberá mais de R\$ 300 milhões dentro do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para garantir segurança à navegação, eficiência logística e ampliar a capacidade operacional do porto. O prazo previsto para execução é de dez meses.

O governador Jorginho Mello reforçou que a dragagem da Baía da Babitonga vai transformar o ecossistema do Estado. “Não tenho dúvida que a iniciativa privada está dando um pontapé decisivo no crescimento e desenvolvimento”, disse sobre os investimentos no setor.

A obra permitirá o atendimento a embarcações de maior porte, aumentando a competitividade e assegurando o fluxo com mais eficiência e segurança.

O secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, comentou sobre a importância do conjunto e união entre as esferas governamentais para a ampliação da competitividade e benefício logístico para o Estado.

“Acredito que o mais simbólico de tudo é realmente o elemento da unidade. A união de esforços do Governo Federal, Governo Estadual, agência reguladora para poder chegar num objetivo comum que é trazer o benefício logístico e elevar a qualidade e o nível de serviço dos nossos portos de Santa Catarina”, pontuou.

O presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, explicou que o sucesso movimentação portuária no estado de Santa Catarina é fundamental para a iniciativa privada continuar investindo no setor.

“O empresário espera ambiente de negócio sadio, segurança jurídica e as agências reguladoras são importantes para poder preservar e esse ambiente. Estamos aqui vendo o melhoramento de acesso aquaviário, o melhoramento dos acessos terrestres e o que a gente precisa é da união do setor privado, com o Governo do Estado, com o Governo Federal para melhorar a vida da população, baratear os produtos, reduzir o custo do Brasil”, disse.

Porto de Imbituba

Outro destaque é a manutenção e o reforço do molhe de Imbituba, que contará com R\$ 87 milhões em recursos do Governo Federal. As obras têm prazo estimado de 18 meses e visam aumentar a proteção e eficiência da infraestrutura local.

Também em Imbituba, os aportes incluem R\$ 17 milhões para o acesso rodoviário sul e R\$ 14 milhões para o acesso rodoviário norte.

Além disso, serão liberados investimentos para melhorar os acessos rodoviários aos portos catarinenses. No Porto de São Francisco do Sul, R\$ 12,6 milhões serão destinados à melhoria da infraestrutura viária.

O pacote também contempla outros investimentos estratégicos. Serão destinados R\$ 4,3 milhões para a contratação do Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT), em parceria com a INFRA S.A. O estudo terá papel fundamental no planejamento integrado da infraestrutura, com foco no escoamento de cargas e no desenvolvimento logístico do estado.

Além da construção de um novo posto avançado da Marinha do Brasil em Imbituba, que contará com R\$ 2,2 milhões em recursos. A unidade reforçará a presença da autoridade marítima na região, ampliando a segurança das operações e o monitoramento do tráfego aquaviário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/09/2025

MPOR APRESENTA AVANÇOS NO SETOR HIDROVIÁRIO DURANTE CONGRESSO PORTOS & COSTAS BRASIL 2025

Representantes da pasta apresentaram investimentos e práticas sustentáveis como ferramentas para impulsionar a logística nacional



O congresso reuniu especialistas, autoridades e representantes de empresas e instituições para discutir investimentos em infraestrutura portuária, com foco em ações voltadas à sustentabilidade. - Foto: Divulgação/Portos & Costas

O secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, participou, entre os dias 22 e 23, da 3ª edição do congresso Portos & Costas Brasil, em Itajaí (SC), onde apresentou os avanços do setor hidroviário, projetos de concessões do Ministério de Portos e Aeroportos e os investimentos em infraestrutura

portuária, com ações voltadas à sustentabilidade.

Participaram também do evento a diretora de Sustentabilidade do MPor, Larissa Carolina Amorim dos Santos, e o assessor da Secretaria Nacional de Portos, Julio Cesar de Sousa Dias.

No painel Hidrovias e Navegação, o secretário destacou que o setor hidroviário brasileiro tem avançado de forma significativa, principalmente com as concessões, “que permitem uma gestão mais eficiente e segura das hidrovias”. Segundo ele, essas iniciativas também estão alinhadas com



inovação e sustentabilidade, “assegurando a fluidez do transporte de cargas, contribuindo para a redução de emissões e fortalecendo a matriz logística do país”.

Durante o painel Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a diretora Larissa Amorim ressaltou que o desenvolvimento portuário precisa caminhar lado a lado com a sustentabilidade. “Não apenas para reduzir impactos ambientais, mas também para fortalecer a relação com as cidades e comunidades ao redor dos portos. Investir em práticas responsáveis é essencial para operações mais seguras, inovadoras e eficientes, além de consolidar o Brasil como referência em infraestrutura portuária moderna, integrada e sustentável”, afirmou.

Já o assessor Júlio Dias reforçou, durante o painel Investimentos em Infraestrutura Portuária, a importância da parceria entre setor público e privado. “Os investimentos em infraestrutura portuária são fundamentais para tornar o transporte mais eficiente, reduzir custos logísticos e atrair investimentos e novos negócios, fortalecendo toda a cadeia econômica e produtiva brasileira”, destacou.

O congresso reuniu especialistas, autoridades e representantes de empresas e instituições como Wosniak Engenharia, Carioca Engenharia, Portonave, Jan de Nul, Van Oord, Royal IHC, VLI, Autoridade Portuária de Santos, AOCEANO, BR Marinas, CLIA e prefeituras municipais, promovendo debates estratégicos sobre infraestrutura portuária, dragagem, navegação, hidrovias, engenharia costeira, marinas, cruzeiros, inovação e sustentabilidade.

Criado pela MTCN Soluções Sustentáveis em Dragagens, Portos e Costas, o Portos & Costas Brasil consolidou-se como espaço de diálogo técnico e multidisciplinar entre representantes do setor público, especialistas e lideranças do setor portuário e hidroviário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/09/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – SAF EM ESCALA INDUSTRIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Petrobras deu um passo decisivo em direção a um futuro de baixo carbono para a aviação. A produção experimental de querosene de aviação com conteúdo renovável (SAF) em escala industrial, realizada na Refinaria Henrique Lage (Revap), é um feito que posiciona o Brasil na vanguarda da transição energética do setor aéreo. O novo combustível, que pode ser misturado ao querosene de aviação tradicional sem a necessidade de adaptar aeronaves ou infraestrutura, é a chave para que a aviação mundial cumpra as metas climáticas estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e a diretora de Sustentabilidade da pasta, Larissa Amorim, salientaram a importância estratégica da iniciativa. O Brasil, com sua vasta disponibilidade de matérias-primas renováveis, maturidade tecnológica e um conjunto de políticas públicas, como a Lei do Combustível do Futuro, tem condições únicas para se tornar um protagonista na produção e no uso de combustíveis sustentáveis de aviação.

A importância do SAF tanto para a aviação nacional como para a descarbonização da aviação mundial é inegável. A adoção do combustível sustentável representa uma mudança estrutural para o setor aéreo, pois permite que as companhias aéreas reduzam significativamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em todo o ciclo de vida do combustível. O SAF é um instrumento essencial para que a aviação global alcance a neutralidade de carbono até 2050, e o Brasil tem o potencial para liderar essa transição.



O sucesso da produção experimental da Petrobras na Revap, que utilizou uma abordagem de baixo investimento ao incorporar óleo vegetal ao processo tradicional de produção de querosene de aviação, demonstra a viabilidade técnica e econômica do projeto. O fato de a Revap ser responsável por cerca de 50% de todo o querosene de aviação produzido no País e ter interligação direta com o Aeroporto de Guarulhos confere grande competitividade logística ao produto.

A liderança brasileira no desenvolvimento de combustíveis alternativos é, de forma evidente, um ativo estratégico. A produção nacional de SAF abre espaço para novas cadeias produtivas ligadas à bioenergia, à indústria química e ao agronegócio, com estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação. O País, ao demonstrar sua capacidade de produzir SAF em escala industrial, atrai investimentos de empresas aéreas, refinarias e outros players interessados no mercado de combustíveis sustentáveis.

A Petrobras, ao submeter o relatório técnico para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e contratar uma certificadora para atestar a redução de emissões de carbono, dá os próximos passos para a comercialização do produto. A iniciativa é um exemplo de como a colaboração entre a indústria, o Governo e a academia pode gerar soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios globais. O Brasil, com o SAF, avança em direção a uma aviação de baixo carbono, consolidando sua posição como uma potência em energia limpa e renovável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - ANP PRORROGA CONTRATOS E PREVÊ R\$ 17 BI EM INVESTIMENTOS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CONTRATOS PRORROGADOS

Companhias petroleiras que já atuam no Brasil devem investir cerca de R\$ 17 bilhões em campos terrestres de óleo e gás do País. A informação foi divulgada nessa terça-feira, dia 23, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que aprovou a prorrogação de 139 contratos da Rodada Zero no mês passado. Os novos investimentos, que ocorrerão em campos que teriam seus contratos encerrados em 2025, têm como objetivo elevar a produção e assegurar a continuidade sustentável da operação.

PRODUÇÃO

A ANP estima que as prorrogações devem resultar em um acréscimo de 600 milhões de barris de petróleo e cerca de 72 bilhões de metros cúbicos de gás.

SETOR TERRESTRE

Embora a produção de petróleo em alto-mar continue sendo a mais volumosa no país, a medida da ANP projeta investimentos recordes para o setor terrestre. A agência destaca que a ação trará “segurança energética, empregos e arrecadação para o País”.

LEILÃO ADIADO

O leilão do terminal SSB01, do Porto de São Sebastião (SP), que estava previsto para o fim do ano, foi adiado para 2026. A informação foi confirmada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, na última segunda-feira. Ele não explicou o motivo do adiamento, mas afirmou que o Governo Federal está em negociação com o Governo de São Paulo. A nova previsão é que o certame ocorra em fevereiro ou março do próximo ano.

PROJETO DE CONCESSÃO

A concessão do SSB01 faz parte de um plano do Governo Federal que prevê a realização de 58 leilões de terminais portuários até 2026, com investimentos que podem chegar a R\$ 20 bilhões. O edital de concessão prevê R\$ 656 milhões em investimentos no terminal paulista. A empresa vencedora terá o direito de explorar uma área de 261 mil m² por 35 anos, com possibilidade de prorrogação.



AUMENTO DE CAPACIDADE

A expectativa é que, com a concessão, a capacidade de movimentação do porto – administrado pelo Governo do Estado – salte para pelo menos 4,3 milhões de toneladas por ano, um aumento de 330% no volume transportado. Entre as melhorias planejadas, está a construção de um novo berço de atracação e a diversificação de cargas operadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

NACIONAL - Trump manifesta disposição para se reunir com Lula após Assembleia da ONU

Encontro foi proposto durante breve conversa entre os presidentes em Nova York; clima cordial contrasta com crise diplomática entre os dois países

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Durante seu discurso na Assembleia da ONU, Donald Trump revelou a breve conversa que teve com Lula: “Nós concordamos que devemos nos encontrar na próxima semana”

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse durante discurso na 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, que pretende se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima semana. A declaração foi feita logo após o tradicional discurso de abertura da assembleia, proferido por Lula.

Segundo o Palácio do Planalto, os dois presidentes veram um encontro rápido e amistoso no edifício-sede da ONU, na manhã de terça-feira (23). A conversa, que não estava programada, durou cerca de 20 segundos e foi marcada por um abraço entre os dois chefes de Estado. A proposta de uma nova conversa parou de Trump e foi aceita por Lula. Ainda não está definido se o encontro será presencial ou por telefone, e assessores dos dois governos estão ajustando os detalhes.

Em seu discurso, Trump revelou o episódio ao público. “Encontrei o líder do Brasil ao entrar aqui e falei com ele. Nos abraçamos. As pessoas não acreditaram nisso. Nós concordamos que devemos nos encontrar na próxima semana. Foram cerca de 20 segundos. Conversamos e concordamos em conversar na próxima semana”, disse. O presidente norte-americano elogiou Lula, chamando-o de “homem muito agradável” e destacou que houve “química excelente” entre os dois.

“Eu gosto dele e ele gosta de mim. E eu gosto de fazer negócios com pessoas de quem eu gosto. Quando eu não gosto de uma pessoa, eu não gosto. Mas vemos, ali, esses 30 segundos. Foi uma coisa muito rápida, mas foi uma química excelente. Isso foi um bom sinal”, afirmou Trump, sinalizando ainda que o Brasil poderá “se dar bem” caso trabalhe de forma conjunta com os Estados Unidos. “Sem a gente, eles vão falhar como outros falharam.”

As declarações chamaram atenção porque foram feitas em meio a uma crise diplomática entre os dois países. Desde julho, o governo norte-americano vem impondo tarifas de 50% a produtos brasileiros, além de aplicar sanções contra autoridades e criticar decisões do Judiciário brasileiro. Trump defendeu as medidas afirmando que elas são uma questão de soberania e segurança nacional, para proteger os cidadãos dos EUA contra países que “raram vantagens por décadas” de governos anteriores.

“Fiz isso porque, como presidente, eu defendo a soberania e os direitos de cidadãos americanos”, disse Trump, acusando o Brasil de aplicar “tarifas imensas e injustas” contra produtos norte-americanos e de “interferir nos direitos e na liberdade de cidadãos americanos e de outros países com censura, repressão e uso do sistema judicial como arma”.

O governo brasileiro rebateu os argumentos, lembrando que, nos últimos 15 anos, os Estados Unidos veram superávit comercial superior a US\$ 400 bilhões em sua relação com o Brasil, o que, na visão de Brasília, não justificaria a imposição das novas tarifas. Em carta enviada a Washington, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, negou que haja censura no país e afirmou que as decisões da Corte buscam proteger a liberdade de expressão.



No discurso de abertura da Assembleia Geral, Lula não mencionou o breve encontro nem a possibilidade de uma reunião com Trump. Sem citar diretamente o presidente dos EUA, ele criticou as “sanções arbitrárias e unilaterais” impostas por algumas potências e alertou para o que chamou de “desordem internacional” crescente.

“O multilateralismo está diante de nova encruzilhada. A autoridade desta organização está em xeque. Assismos à consolidação de uma desordem internacional marcada por seguidas concessões à política do poder, atentados à soberania, sanções arbitrárias. E intervenções unilaterais estão se tornando regra”, afirmou Lula.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

NACIONAL - LULA PROPÕE CONSELHO CLIMÁTICO NA ONU E COBRA COMPROMISSOS PARA A COP30

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Entre os diversos assuntos que comentou durante seu discurso na abertura da 80ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs a criação de um conselho de monitoramento das ações climáticas globais, ligado à Assembleia Geral, com “força e legitimidade para monitorar compromissos” assumidos pelos países.

Lula afirmou que o combate à mudança do clima deve estar no centro das decisões multilaterais. “Bombas e armas nucleares não vão nos proteger da crise climática. O ano de 2024 foi o mais quente já registrado. A COP30, em Belém, será a COP da verdade. Será o momento de os líderes mundiais provarem a seriedade de seu compromisso com o planeta”, disse.

O presidente reforçou a necessidade de apresentação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) mais ambiciosas para redução das emissões de gases de efeito estufa, mencionando a meta brasileira de corte de 59% a 67% até 2035. “Sem ter as chamadas NDCs caminharemos de olhos vendados para o abismo”, alertou.

Lula também destacou que a 30ª Conferência do Clima (COP30), marcada para novembro em Belém (PA), será oportunidade para mostrar ao mundo os avanços do país no combate ao desmatamento. “Em Belém, o mundo vai conhecer a realidade da Amazônia. O Brasil já reduziu pela metade o desmatamento da região nos dois últimos anos”, disse.

O presidente citou ainda o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que o Brasil pretende criar para remunerar financeiramente os países que preservam suas florestas. “Fomentar o desenvolvimento sustentável é o objetivo do fundo”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

NACIONAL - GOVERNO LANÇA PACOTE DE OBRAS PARA IMPULSIONAR PORTOS CATARINENSES

Recursos do PAC e parcerias público-privadas contemplam dragagem, acessos terrestres e planejamento logístico

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou na terça-feira (23) um pacote de obras e autorizações que somam R\$ 436,6 milhões em investimentos para o fortalecimento da infraestrutura portuária de Santa Catarina. As medidas abrangem dragagem, melhorias viárias, manutenção de estruturas e planejamento logístico, com recursos federais e parcerias para ampliar a competitividade do sistema portuário do estado.



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, assinaram a ordem de serviço para a dragagem da Baía da Babitonga

De acordo com o ministério, o principal destaque é a assinatura da ordem de serviço para a dragagem da Baía da Babitonga, em São Francisco do Sul, que receberá mais de R\$ 300 milhões no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O prazo previsto para a execução é de dez meses. A obra permitirá o atendimento a embarcações de

maior porte, aumentando a competitividade do porto, garantindo segurança à navegação e maior eficiência no fluxo de cargas.

A cerimônia ocorreu no Porto de São Francisco do Sul e contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), do secretário nacional de Portos, Alex Ávila, e do presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias.

O ministério destacou que o sistema portuário catarinense tem papel estratégico no comércio exterior, conectando a produção regional e nacional a importantes mercados internacionais. Atualmente, o estado conta com seis portos — três públicos (Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba) e três privados (Itapoá, Portonave e Teporti) — com vocação para contêineres, cargas gerais e graneis.

Segundo Silvio Costa Filho, o setor portuário de Santa Catarina vive um ciclo de expansão. “O estado de Santa Catarina é dos que mais cresce no Brasil. É um novo hub de desenvolvimento para o setor portuário nacional. Hoje nós temos seis portos estratégicos e chegaremos a oito portos nos próximos anos. Isso será fundamental para que a gente possa ampliar as nossas operações do setor portuário aqui no Estado”, afirmou.

O ministro também ressaltou o desempenho da movimentação de cargas. Dados do Ministério de Portos e Aeroportos apontam que, entre janeiro e julho de 2025, os seis terminais do estado movimentaram 16,8 milhões de toneladas, sendo 10,5 milhões em São Francisco do Sul, 4,2 milhões em Imbituba e 2,1 milhões em Itajaí. “Tivemos um crescimento em mais de 10% no setor. Um crescimento exponencial na operação de contêineres, mais de 20% das operações de contêineres no Brasil passam aqui pelos portos de Santa Catarina”, destacou.

Durante a visita, Silvio Costa Filho fez um sobrevoo na Baía da Babitonga para observar as instalações dos portos de São Francisco do Sul e de Itapoá. “Chegamos na cidade de São Francisco do Sul para o anúncio de um conjunto de investimentos para melhorar a infraestrutura do setor portuário em Santa Catarina. É um estado que cresce muito, gerando emprego, gerando renda, movimentando a economia. Hoje, Santa Catarina tem mais de R\$ 20 bilhões de investimentos do PAC, do Governo Federal e só no setor portuário são mais de R\$10 bilhões em investimentos públicos e privados”, afirmou.

O governador Jorginho Mello destacou o impacto da dragagem para o desenvolvimento econômico da região. “Não tenho dúvida que a iniciativa privada está dando um pontapé decisivo no crescimento e desenvolvimento”, disse.

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, enfatizou a importância da cooperação institucional. “O mais simbólico de tudo é realmente o elemento da unidade. A união de esforços do Governo Federal, Governo Estadual e agência reguladora para poder chegar num objetivo comum que é trazer o benefício logístico e elevar a qualidade e o nível de serviço dos nossos portos de Santa Catarina”, pontuou.

Para o presidente da Antaq, Frederico Dias, a movimentação portuária do estado é crucial para manter o interesse da iniciativa privada em novos investimentos. “O empresário espera ambiente de negócio sadio, segurança jurídica e as agências reguladoras são importantes para poder preservar esse ambiente. Estamos aqui vendo o melhoramento de acesso aquaviário, o melhoramento dos acessos terrestres e o que a gente precisa é da união do setor privado, com o Governo do Estado, com o Governo Federal para melhorar a vida da população, baratear os produtos, reduzir o custo do Brasil”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

NACIONAL - IMBITUBA TERÁ R\$ 120 MILHÕES PARA OBRAS E NOVO POSTO DA MARINHA

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O pacote de investimentos anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos prevê uma série de obras no Porto de Imbituba e na região, somando cerca de R\$ 120 milhões. O objetivo é ampliar a proteção da infraestrutura, melhorar os acessos rodoviários e reforçar a presença da autoridade marítima no litoral sul de Santa Catarina.

A principal intervenção será a manutenção e o reforço do molhe do porto, que receberá R\$ 87 milhões em recursos federais. A obra tem prazo de execução estimado em 18 meses e busca garantir maior eficiência e segurança às operações portuárias.

Também estão previstos investimentos de R\$ 17 milhões para o acesso rodoviário sul e R\$ 14 milhões para o acesso rodoviário norte, com a meta de melhorar o escoamento de cargas e reduzir gargalos logísticos.

Outro anúncio feito pelo ministério foi a construção de um novo posto avançado da Marinha do Brasil em Imbituba, que contará com R\$ 2,2 milhões em recursos. A unidade reforçará a presença da autoridade marítima na região, ampliando o monitoramento do tráfego aquaviário e a segurança das operações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

NACIONAL - PETROBRAS PRODUZ COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ

Querosene foi fabricado pela Petrobras e pode reduzir emissões de CO₂ sem necessidade de adaptação em aeronaves ou infraestrutura

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Por ser produzido a partir de matérias-primas renováveis, o SAF tem potencial de reduzir emissões de CO₂ no seu ciclo de vida, ou seja, do processo de produção ao uso final

O Brasil deu um passo importante rumo à aviação de baixo carbono. A Petrobras realizou neste mês de setembro, na Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos (SP), a primeira produção de querosene de aviação com conteúdo renovável em escala industrial. O novo combustível, conhecido como SAF (combustível sustentável de aviação, em inglês), pode reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa e já está no centro das ações do governo



federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SAF é um querosene de aviação feito a partir de matérias-primas renováveis (óleos vegetais, resíduos gordurosos, etanol, entre outros). Por ter química compatível com o querosene de aviação atual (QAV fóssil), pode ser usado nas aeronaves sem precisar adaptar motores ou infraestrutura, misturado em diferentes proporções. No cenário internacional, o SAF está diretamente alinhado às metas climáticas estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), em especial pelo Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (CORSIA), que prevê a compensação e redução das emissões de carbono, com o objetivo de alcançar emissões líquidas zero até 2050. O SAF é uma das principais vias para isso.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destaca a importância dessa iniciativa. “O uso do SAF representa um passo decisivo para a descarbonização da aviação e para o fortalecimento da competitividade do Brasil no cenário internacional. Nosso papel no MPor é criar as condições para que esse combustível sustentável ganhe escala, com segurança regulatória e previsibilidade”, disse.

Para a diretora de Sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, “o Brasil reúne condições únicas para se tornar protagonista na produção e uso de combustíveis sustentáveis de aviação. Temos disponibilidade de matérias-primas, maturidade tecnológica e um conjunto de iniciativas em andamento, que fortalecem nosso compromisso com a descarbonização e, ao mesmo tempo, geram novas oportunidades de desenvolvimento socioeconômico”.

SAF no Brasil

A adoção do SAF representa uma mudança estrutural para a aviação brasileira. Por ser produzido a partir de matérias-primas renováveis, tem grande potencial de reduzir emissões de CO₂ no seu ciclo de vida, ou seja, do processo de produção ao uso final nas aeronaves. Essa redução se conecta às metas globais da OACI/CORSIA e à política nacional estabelecida pela Lei do Combustível do Futuro. Com isso, o Brasil avança para consolidar uma aviação de baixo carbono, em linha com a agenda climática internacional.

A produção nacional de SAF abre espaço para novas cadeias produtivas ligadas à bioenergia, à indústria química e ao agronegócio, com estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ao mesmo tempo, atrai investimentos de empresas aéreas, refinarias e novos players interessados no mercado de combustíveis sustentáveis.

O SAF também tem um papel estratégico para garantir que o Brasil mantenha e amplie sua participação em rotas internacionais. Com países e blocos econômicos exigindo metas mais rígidas de descarbonização para os próximos anos, o uso do combustível sustentável será decisivo para que companhias aéreas que operam no Brasil continuem competitivas nos mercados mais exigentes.

Testes da Petrobras

A Petrobras vem liderando no Brasil a produção experimental de SAF, com resultados inéditos em suas refinarias. Na Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos (SP), a companhia produziu pela primeira vez um lote de querosene de aviação. Para esta matéria, o gerente geral da Revap, Alexandre Coelho, explicou o processo realizado:

“Durante os testes na Revap, foi incorporado óleo vegetal ao processo tradicional de produção do querosene de aviação (QAV), atingindo um teor de até 1,2% de componente renovável. Este percentual, embora aparentemente pequeno, representa uma redução significativa na pegada de carbono do combustível final. Trata-se de uma abordagem de menor investimento para a produção de combustíveis com conteúdo renovável, pois utiliza ativos já existentes. Para alcançar esse resultado, foram realizadas análises detalhadas de engenharia de processo, ajustes nas variáveis de pressão e temperatura, além de rigoroso acompanhamento laboratorial para garantir o enquadramento do produto nas especificações técnicas exigidas”, disse ele.

Ele também destacou a importância dessa iniciativa. “A consolidação desta rota tecnológica é especialmente relevante considerando que a Revap é responsável por aproximadamente 50% de todo o querosene de aviação produzido no país. A refinaria possui interligação direta com o Aeroporto Internacional de Guarulhos, o que confere grande competitividade logística ao produto”.

Ele também detalhou os próximos passos. “A empresa está finalizando o relatório técnico para submetê-lo à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até o final de setembro. Na sequência, a Petrobras contratará uma certificadora para atestar a redução de emissões de carbono do produto. Com a aprovação regulatória e a certificação, o produto estará apto para comercialização, abrindo novos horizontes de mercado e sustentabilidade para a companhia e para o setor de aviação brasileiro”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRÁSIL EXPORT

Data: 24/09/2025

PORTO DE SANTOS - DP WORLD RENOVA CONTRATO COM A HAPAG-LLOYD PARA ALAVANCAR OPERAÇÕES

Novo vínculo com armador se estende pelos próximos 10 anos e prevê aumento na movimentação de contêineres

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Planos de expansão do terminal da DP World, em Santos, prevê aumento da capacidade de movimentação de contêineres para 1,7 mil TEUs. Foto: Divulgação

A DP World, operadora logística e portuária, anunciou a renovação de contrato com a Hapag-Lloyd, um dos principais armadores do mundo, para a operação de contêineres no terminal multipropósito localizado no Porto de Santos (SP). Segundo divulgado pela DP, o novo vínculo é válido pelos próximos dez anos.

Para atender às novas demandas, a companhia anunciou que dará prosseguimento ao seu plano de expansão de capacidade portuária nos próximos anos, que vai permitir tanto o recebimento de novos volumes e serviços marítimos da Hapag-Lloyd, quanto a continuidade da prestação de serviços para outros armadores de forma eficiente e sustentável.

Para a Hapag-Lloyd, o contrato oferece, ainda, “uma base sólida para continuar expandindo sua presença no mercado brasileiro, assegurando previsibilidade e eficiência para o desenvolvimento de seus negócios na região”.

Obras de expansão

No último dia 21 de agosto, a DP World anunciou o lançamento da pedra fundamental das obras de expansão do cais de atracação de seu terminal privado, localizado na margem esquerda do Porto de Santos.

Com conclusão prevista para agosto de 2026, a obra prevê a adição de 190 metros lineares ao cais existente, que passará a ter 1.290 metros de extensão, possibilitando o recebimento de navios de contêiner de maior porte. Conforme anunciado, a expansão terá 40 metros junto ao berço 4, dedicado às operações de celulose, e 150 metros junto ao berço 1, voltado para operações de contêineres.

Com o projeto de expansão, que inclui a aquisição de novos equipamentos, o terminal elevará sua capacidade de movimentação para 1,7 milhão de TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano até 2026.

Em 2024, a DP World Santos já havia registrado movimentação superior a 1,25 milhão de TEUs, um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Além disso, a companhia segue investindo em soluções logísticas end-to-end, que integram desde operações portuárias até o agenciamento de cargas, transporte terrestre, armazenagem e distribuição, ampliando a conectividade logística em todo o país.

“A expansão do cais fortalece a competitividade do Porto de Santos e garante maior capacidade, eficiência e sustentabilidade para atender diferentes cadeias produtivas”, disse Fábio Siccherino, CEO da DP World no Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/09/2025

REGIÃO SUDESTE - CAMPANHA DE DRAGAGEM DE SÃO SEBASTIÃO DEVERÁ SER CONCLUÍDA EM OUTUBRO

Autoridade Portuária iniciou intervenções de manutenção no berço 101 do porto em julho; 40% das obras já foram executadas

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo a Autoridade Portuária de São Sebastião, a intervenção, que teve início em julho, já retirou cerca de 22 mil metros cúbicos, que corresponde a 40% do volume total previsto

A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) informou que prevê a conclusão das obras de dragagem de manutenção do berço 101 do complexo portuário

para o mês de outubro. Segundo a Autoridade Portuária, a intervenção, que teve início no mês de julho, já retirou cerca de 22 mil metros cúbicos, que corresponde a 40% do volume total previsto.

Segundo a CDSS, o objetivo da dragagem é restabelecer a profundidade operacional mínima de dez metros no berço de atracação, garantindo mais segurança e previsibilidade nas operações. A draga vem operando 24 horas por dia, realizando aproximadamente dez ciclos diários. Ao todo, a campanha de dragagem prevê a remoção de 57 mil metros cúbicos de sedimentos.

A obra é conduzida pela CDSS, autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), com autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cumprindo todas as exigências ambientais vigentes.

O presidente da Autoridade Portuária, Ernesto Sampaio, afirmou que a intervenção é importante estrategicamente para o complexo portuário de São Sebastião.

“Com a dragagem, mantemos o terminal em plenas condições de atender à demanda com eficiência, segurança e responsabilidade ambiental”, destacou.

Os sedimentos retirados são depositados no Dique de Contenção, área interna ao Porto de São Sebastião destinada exclusivamente a esse material. A prática é sustentável, pois recebe apenas sedimentos de boa qualidade, sem contaminação, os quais podem ser reaproveitados.

A dragagem de manutenção é necessária devido ao assoreamento natural provocado por chuvas, ventos, correntes marítimas e movimentação de navios. A intervenção garante que o Porto de São

Sebastião mantenha condições estratégicas para o escoamento de cargas do Litoral Norte e assegura a plena utilização de seu berço de atracação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2025

OPINIÃO – DIREITO - O PL 733/2025 E O RETORNO DOS TERMINAIS RETROPORTUÁRIOS ALFANDEGADOS



LUCIANA MATTAR VILELA NEMER

Advogada e sócia-fundadora
do Mattar Viela Advogados

opinioao@portalbenews.com.br

Projeto de Lei nº 733/2025, em tramitação no Congresso Nacional, propõe uma reformulação abrangente do marco legal portuário brasileiro. Entre suas inovações, destaca-se a reintrodução do Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA), tipo de instalação logística alfandegada sem previsão no ordenamento atual. No texto do projeto, o TRA é definido como “instalações retroportuárias onde se executam serviços de controle aduaneiro, em zona de influência portuária”.

O que parece apenas uma reorganização portuária revela-se, em verdade, uma movimentação importante do xadrez jurídico e institucional aplicável à logística do comércio exterior. O retorno do TRA não é apenas um resgate histórico, tensiona a lógica binária das zonas aduaneiras (primária e secundária), abre espaço para disputas de competências entre Receita Federal e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e introduz no ordenamento) a nebulosa noção de “zona de influência portuária”, conceito jurídico inexistente.

A gênese dos TRAs

Os TRAs surgiram nos anos 1980, em meio ao colapso operacional dos portos de Santos (SP) e do Rio de Janeiro. Eram terminais de retaguarda, situados em até cinco quilômetros dos portos, destinados a receber cargas lacradas em trânsito aduaneiro, aliviando os cais.

A IN SRF nº 91/1985 estabelecia que esses recintos eram instalações sob controle aduaneiro situadas em “área contígua à de porto”, e posteriormente, a IN SRF nº 55/2000 consolidou que entende-se por área contígua, “no caso de TRA, aquela localizada no perímetro de cinco quilômetros dos limites da zona primária demarcada pela autoridade aduaneira local”.

Contudo, a figura jurídica do TRA não permaneceu estática. Com o passar do tempo, a legislação aduaneira e portuária brasileira evoluiu e novas alternativas de interiorização da atividade alfandegada entraram em cena para migrar gargalos na zona primária.

Nos anos 1990, consolidou-se a opção da Receita Federal pela atividade de armazenagem alfandegada na zona secundária, assim foi preconizado o uso dos “Portos Secos” (inicialmente chamados de Estação Aduaneira do Interior – EADI).

O Decreto nº 1.910/1996 já restringia a abertura de novos TRAs, permitindo-a apenas quando fosse inviável instalar uma Estação Aduaneira do Interior. Assim, alguns TRAs foram convertidos em EADIs, embrião dos atuais portos secos, modalidade consolidada no Decreto 4.543/2002 e reafirmada pela IN RFB nº 1208/2011, que apagou do ordenamento a figura jurídica do TRA.

O ordenamento aduaneiro: ausência de zona intermediária

O Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759/2009) divide o território aduaneiro em zona primária (portos, aeroportos e pontos de fronteira) e zona secundária (todo o restante do território nacional). Dentro dessa lógica binária, qualquer recinto alfandegado fora dos limites do porto é, por definição, zona secundária – mesmo que esteja próximo ao porto.

O conceito de “zona de influência portuária”, embora útil na gestão portuária e na geografia econômica (a hinterlândia), não possui respaldo legal no direito aduaneiro.

Nesse contexto, a reintrodução do TRA cria uma terceira esfera implícita: uma zona intermediária sem fundamento normativo. Essa artificialidade levanta dúvidas sobre regime jurídico, titularidade de outorga e a própria segurança do sistema.

Antaq x Receita Federal: disputa de competências

O ponto mais sensível do PL nº 733/2025 está na atribuição de competências. O projeto insere os TRAs no sistema portuário, transferindo à Antaq a prerrogativa de normatizar sua instalação e exploração. Pelo Argo 9º do texto, caberia à agência fixar critérios e formas de exploração, como já faz com terminais portuários.

Com isso, a Receita Federal, que hoje detém competência exclusiva para conduzir estudos de viabilidade, licitações e fiscalização de portos secos na zona secundária, seria relegada aos demais papéis relacionados ao alfandegamento e fiscalização aduaneira. Trata-se de uma mudança de eixo decisório sem precedentes.

Essa duplicidade é fonte de insegurança. Se o texto for aprovado sem ajustes, abrem-se espaços para sobreposições, disputas institucionais e até distorções concorrenciais.

O paralelo com o “A2” e a Manifestação prévia do Ministério dos Portos

A extinção dos TRAs não encerrou as tentativas de flexibilizar o modelo de concorrência pública da zona secundária. As Mps nº 320/2006 e nº 612/2013 criaram janelas para a entrada dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (CLIAs), recintos alfandegados sem licitação, mas o modelo não prosperou. Hoje, novos portos secos só podem ser autorizados por licitação da Receita Federal.

Paralelamente, discute-se o chamado A2, um novo marco regulatório dos portos secos, que pretende substituir o modelo de concessão por licenças para recintos em zona secundária.

Contudo, a redação atual do projeto do A2 prevê restrição expressa: o Ministério de Portos e Aeroportos deverá ser ouvido previamente à outorga da licença na “área de influência econômica e logística” estabelecida em um raio de 100 km (cem quilômetros) dos limites da poligonal do porto organizado.

Ou seja, a proposta colide frontalmente com o PL nº 733/ 2025. Enquanto o A2 busca afastar novos recintos da zona primária dos portos, o PL cria espaço para TRAs exatamente “em zona de influência portuária”. O contraste é evidente: duas políticas públicas que caminham em sentidos opostos.

Considerações finais

A reintrodução dos TRAs vai muito além de nomenclatura. Ela redesenha o mapa jurídico-aduaneiro do país. Ao introduzir uma zona intermediária sem definição legal e ao deslocar competências da Receita Federal para a ANTAQ, o PL nº 733/2025 mexe com alicerces institucionais do comércio exterior brasileiro.

O resultado pode variar entre a desburocratização positiva (se houver coordenação e clareza normativa) ou um cenário de insegurança jurídica, disputa de competências e distorções concorrenciais.

Mais do que técnica, a discussão é estratégica. Trata-se de definir quem regulará os fluxos de mercadorias, como se dará a integração entre portos e hinterlândias e de que modo equilibrar eficiência logística com segurança jurídica.

O Brasil precisa modernizar sua infraestrutura portuária. Mas o caminho deve ser construído com nitidez conceitual e estabilidade institucional, evitando que a criação de uma “zona intermediária” comprometa justamente aquilo que se pretende fomentar: a fluidez e a competitividade do comércio exterior.

OS TRAS SURGIRAM NOS ANOS 1980, EM MEIO AO COLAPSO OPERACIONAL DOS PORTOS DE SANTOS E DO RIO DE JANEIRO. ERAM TERMINAIS DE RETAGUARDA, SITUADOS EM ATÉ CINCO QUILOMETROS DOS PORTOS, DESTINADOS A RECEBER CARGAS LACRADAS EM TRÂNSITO ADUANEIRO, ALIVIANDO OS CAIS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/09/2025

OPINIÃO – COMUNICAÇÃO - LIÇÕES GLOBAIS DE UMA IMPRENSA EM PERIGO



MARTIN BARON

Editor-executivo de The Washington Post de 2013 a 2021 e, antes, foi editor principal em The Boston Globe e Miami Herald
opinioao@portalbenews.com.br

Durante todos os anos da minha carreira jornalística de quase meio século, conheci apenas uma imprensa livre e independente nos Estados Unidos.

Meu início profissional foi na década de 1970.

Foram anos em que os americanos puderam ver claramente como a imprensa servia à democracia: Com a publicação dos Pentagon Papers, primeiro pelo The New York Times, o público americano soube das falhas que seu governo havia acobertado durante uma longa guerra no Vietnã que custou tantas vidas. E depois houve o Watergate, uma investigação liderada pelo The Washington Post.

Os cidadãos americanos souberam como seu presidente havia instrumentalizado o governo contra seus adversários políticos, abusando de seus poderes e sabotando a Constituição.

Nas décadas seguintes a essas revelações, considerei garantido que meu país sempre desfrutaria da liberdade de imprensa — e que a Primeira Emenda de nossa Constituição a garantiria. Já não considero nada disso garantido. Já não presumo que a ordem constitucional se manterá nos Estados Unidos. Ou que o estado de direito prevalecerá. Ou que a livre expressão — não apenas para a imprensa, mas para todos os americanos — irá perdurar.

Isso ocorre porque temos um presidente que demonstrou desdém pelas restrições tradicionais ao seu poder. Porque a maioria no Congresso permanece servil. Porque a maioria na Suprema Corte concedeu a este presidente autoridade e imunidade extraordinárias. Porque o presidente parece determinado a siar os pilares institucionais da democracia, com a imprensa como um alvo de alta prioridade. E é porque essas instituições estão se mostrando mais frágeis e pusilânimes do que eu imaginava ser possível.

E talvez o que mais me preocupa é que agora vivemos em uma época em que as pessoas são incapazes, ou não estão dispostas, a distinguir entre o que é verdadeiro e o que é falso. É natural — e, em uma democracia, esperado — que discordemos sobre quais políticas são as melhores. No entanto, hoje não conseguimos concordar sobre como determinar um fato. Todos os elementos nos quais historicamente confiamos para estabelecer fatos — educação, experiência, conhecimento e, acima de tudo, evidências — foram denegridos, desconsiderados e negados.

Como a democracia pode florescer, ou mesmo sobreviver, quando não conseguimos determinar os fatos mais básicos? Se a democracia está em perigo, uma imprensa livre também está. Uma imprensa independente não pode sobreviver sem uma democracia. E há um corolário para isso. Uma

democracia não pode sobreviver sem uma imprensa livre. Nunca houve uma democracia sem uma mídia livre e independente.

O manual de aspirantes a autoritários está bem estabelecido. No topo de sua lista de afazeres está esmagar a imprensa, uma instituição que pode lançar luz sobre o que os líderes políticos estão fazendo e que pode responsabilizá-los. No entanto, suas práticas repressivas se estendem muito além da imprensa: Eles buscam abolir a livre expressão por completo: O direito de músicos, autores, artistas, dramaturgos e roteiristas de se expressarem como desejam. O direito do público de ouvir, ver e ler o que sentem que deveriam. O direito de executivos de negócios, acadêmicos, avistas e líderes políticos de defenderem as políticas em que acreditam. O direito de cada um de nós de falar livremente com a família, amigos, vizinhos e colegas sem medo de vigilância e retaliação.

Os direitos que a imprensa se esforça para salvaguardar não são diferentes dos direitos que a maioria das pessoas quer para si mesmas — a liberdade de investigar fatos, de compartilhar o que aprenderam, de comunicar o que acreditam.

Muito mais está em risco do que a liberdade de expressar opiniões. O verdadeiro alvo dos autocratas é a verdade em si. Eles visam extinguir todos os árbitros independentes de fatos, sejam eles juízes, acadêmicos, cientistas, estatísticos ou jornalistas. Em nações que se inclinam para o autoritarismo, os chefes de Estado reivindicam a posse exclusiva da verdade.

E eles manipulam, suprimem ou apagam dados para promover suas mentiras.

É isso que está acontecendo agora nos Estados Unidos. Os fatos estão sob ataque, enquanto o governo exige que suas ficções sejam repetidas sem questionamentos.

Por décadas, os Estados Unidos foram um bastião da livre expressão de todos os tipos, com proteções constitucionais aparentemente seguras. Isso não é mais o caso. Fomos um modelo para cidadãos de outras nações que ansiavam por liberdade semelhante. Não somos mais. Fomos um campeão vigoroso dessas liberdades em outros lugares. Avistas dos direitos civis, defensores da democracia e jornalistas independentes em todo o mundo muitas vezes contaram com nosso apoio ao enfrentar a repressão. Eles não podem mais esperar isso.

Em um famoso discurso de 1941 sobre as quatro liberdades humanas essenciais, o presidente Franklin Delano Roosevelt listou a "liberdade de expressão e expressão" como a primeira de todas. E ele acrescentou incisivamente as palavras: "em qualquer lugar do mundo".

Hoje, com um aspirante a autocrata como presidente, os Estados Unidos estão falhando em abraçar as liberdades que Franklin Delano Roosevelt considerava indispensáveis para um mundo melhor. A mídia independente já estava em perigo globalmente, uma vítima da diminuição da confiança na democracia e da ascensão de uma nova geração de autoritários. Nosso presidente colocou a imprensa mundial — e a liberdade de expressão em geral — em um perigo ainda maior.

O que o presidente Donald Trump e seus aliados desconsideram com desdém é por que os fundadores dos Estados Unidos redigiram a Primeira Emenda da Constituição. James Madison foi o principal autor. E, ao descrever o papel da imprensa e da livre expressão, ele falou do "direito de examinar livremente os personagens e as medidas públicas."

A palavra "examinar" merece atenção especial. É assim que o dicionário define seu significado: "Inspecionar de perto," "investigar cuidadosamente," "testar por meio de questionamento para determinar o progresso, a adequação ou o conhecimento.»

Aplique isso aos jornalistas, e significa que não somos estenógrafos. Nem deveríamos ser. Vamos por trás da corna e abaixo da superfície — para saber quem fez o quê e por quê, quem será afetado e como, quem influenciou essas decisões e com que intenção.

O propósito do jornalismo, na minha opinião, é fornecer ao público as informações de que ele precisa e merece saber para que as pessoas possam governar a si mesmas. Inserido nessa missão está um chamado particularmente nobre: Responsabilizar indivíduos e instituições poderosas.

Aqueles com poder têm a capacidade de fazer um bem enorme. Quando o fazem, e quando indivíduos comuns o fazem, nós na imprensa devemos tornar isso conhecido. Esforços louváveis para melhorar a sociedade devem ser compartilhados com outros.

Ao mesmo tempo, algumas injustiças podem ser cometidas em uma escala extraordinária. Muitas vezes a culpa é daqueles que possuem poder desproporcional, incluindo os meios para encobrir suas más ações. Condutas imorais ou ilegais podem passar despercebidas por anos, ou décadas. Pessoas comuns podem sofrer danos graves. As vítimas são frequentemente ignoradas ou silenciadas.

Assim, o público tem muito em jogo na luta pela livre expressão e por uma imprensa independente. As pessoas devem ter o direito de expressar suas queixas. A mídia deve estar preparada para ouvir e investigar.

Quando há uma grave irregularidade, muitas vezes ninguém além dos jornalistas explorará os fatos. Quando não há jornalistas para relatar a corrupção, inevitavelmente há mais dela, com os cidadãos comuns pagando o maior preço. Quando não existe uma mídia independente para chamar a atenção, aqueles que possuem imenso poder aproveitam a oportunidade para adquirir mais. Seus interesses são servidos, as necessidades do público não.

Enquanto o governo dos EUA abandona a causa da liberdade em todo o mundo, minha esperança é que os cidadãos de outros países agora se tornem um modelo para os americanos que consideravam suas próprias liberdades garantidas. Eles podem nos mostrar a melhor forma de lutar contra um governo repressivo. E na difícil luta para defender os princípios democráticos fundamentais da livre expressão e de uma imprensa independente, eles podem fornecer inspiração.

Este artigo foi encomendado para marcar o World News Day, uma campanha mundial que destaca o papel essencial do jornalismo em fornecer fatos e clareza e que conta com o apoio e a participação da Rede BE News.

TALVEZ O QUE MAIS ME PREOCUPA É QUE AGORA VIVEMOS EM UMA ÉPOCA EM QUE AS PESSOAS SÃO INCAPAZES, OU NÃO ESTÃO DISPOSTAS, A DISTINGUIR ENTRE O QUE É VERDADEIRO E O QUE É FALSO. É NATURAL — E, EM UMA DEMOCRACIA, ESPERADO — QUE DISCORDEMOS SOBRE QUAIS POLÍTICAS SÃO AS MELHORES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/09/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

BRASIL É UMA DAS 'BOLAS DA VEZ' EM INTERESSE ESTRANGEIRO POR TÍTULOS EM DÓLAR, DIZ SECRETÁRIO DO TESOUREIRO

Prova disso, segundo Rogério Ceron, foi a forte demanda pela oferta de dois títulos, um com prazo de cinco anos, outro com prazo de 30 anos, no início do mês

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



**Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional —
Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo**

Em meio a um movimento de rotação e realocação nas carteiras globais de investimentos financeiros, o Brasil é uma das “bolas da vez” em termos de interesses por seus títulos, afirmou nesta quarta-feira o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Emissão de 'bonds': Captação de empresas no exterior este ano já supera em 29% a de todo 2024, com perspectiva de risco eleitoral no Brasil

Prova disso, segundo ele, foi a forte demanda pela emissão externa de títulos do Tesouro em dólar, no início do mês. A oferta foi em dois títulos, um com prazo de cinco anos, outro com prazo de 30 anos.

No de vencimento mais curto, foram ofertados US\$ 750 milhões e a taxa obtida representou o menor “spread” (diferença de taxas, no jargão do mercado) em relação ao título de referência global, que são os papéis do Tesouro americano de prazo semelhante.

-- A emissão validou a tese (de que as carteiras de investimento passam por realocação e de que o Brasil poderá atrair investimentos). O Brasil é uma das bolas da vez – afirmou Ceron, após participar de um seminário na sede do BNDES, no Rio.

Segundo o secretário do Tesouro, as emissões do Tesouro servem, principalmente, para estabelecer referências para as ofertas de títulos de dívida corporativa, ou seja, emitidas pelas grandes companhias nacionais. As emissões de títulos por essas empresas no exterior estão em alta, como mostrou O GLOBO.

Ceron afirmou que o resultado da emissão deste mês poderá justificar novas ofertas de títulos do Tesouro em breve, mas o secretário evitou precisar datas. Uma das possibilidades seria emitir “green bonds”, os chamados “títulos verdes”, que são papéis cujos recursos devem ser destinados para fins associados a investimentos em sustentabilidade ambiental, como transição energética.

O Brasil já fez duas emissões do tipo, desde 2023, de US\$ 2 bilhões cada. Para garantir a finalidade “verde” do investimento, os recursos foram aportados no Fundo Clima, que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) mantinha há anos, para investimentos em sustentabilidade.

O Fundo Clima sempre foi operado pelo BNDES. Turbinado, tem servido de fonte de recursos para o banco de fomento compor empréstimos com taxas de juros um pouco menores do que as de mercado, desde que as operações sejam destinadas para investimentos enquadrados na finalidade, como energia renovável.

Segundo Ceron, o Tesouro já fez dois aportes no Fundo Clima, com R\$ 20 bilhões no total. E o Orçamento de 2026 virá com a proposta de aportar mais R\$ 25 bilhões.

O secretário do Tesouro também voltou a falar de juros. Semana passada, Ceron disse ao GLOBO que a taxa básica Selic a 15% ao ano tem um “impacto brutal” nas taxas da dívida pública. Nesta quarta-feira, ele reafirmou que, devido ao fato de que “a maior parte” da dívida pública nacional está em títulos atrelados a Selic, o aperto monetário “machuca” os gastos públicos.

Ceron também demonstrou convicção na aprovação, pelo Congresso, de medidas fiscais enviadas pelo Ministério da Fazenda e ainda pendentes de aval do Legislativo. O secretário disse que o Congresso “tem responsabilidade”, que parlamentares já defenderam o corte linear de 10% nos benefícios tributários e que não teme pela aprovação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa

Física (IRPF) para quem ganham até R\$ 5 mil por mês sem a compensação com maior tributação sobre os “super-ricos”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2025

CHINA ABRE MÃO DE BENEFÍCIOS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NA OMC PARA ALIVIAR TENSÃO COM EUA

Anúncio foi feito em rede social. Trump costuma se queixar de que a designação de país em desenvolvimento aplicada à segunda maior economia do mundo não faz mais sentido

Por Bloomberg — Pequim



O primeiro-ministro chinês, Li Qiang, disse que a China deixará de buscar novos direitos 'especiais e diferenciados' em qualquer negociação atual ou futura da OMC — Foto: MICK TSIKAS / POOL / AFP

A China deixará de reivindicar benefícios disponíveis para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), eliminando um ponto de discórdia com os Estados Unidos, que vinham sendo um obstáculo para um acordo sobre a reforma do árbitro global do comércio.

O primeiro-ministro chinês, Li Qiang, anunciou na terça-feira, em Nova York, que o país deixará de buscar novos direitos "especiais e diferenciados" em qualquer negociação atual ou futura da OMC, de acordo com a agência de notícias estatal Xinhua e uma declaração da chefe da OMC na rede social X. Li está atualmente nos Estados Unidos para participar da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, saudou a decisão no X, chamando-a de "o ápice de muitos anos de trabalho árduo" e agradecendo à liderança chinesa.

O gesto é significativo em um momento em que tarifas mais altas impostas pelos EUA estão obrigando a China a desviar cada vez mais suas exportações para potências econômicas emergentes, da América Latina à África e ao Sudeste Asiático, um movimento que já começa a encontrar resistência em várias partes do mundo.

E, à medida que Pequim busca negociar um acordo comercial mais duradouro com os EUA, provavelmente também se trata de um esforço para agradar o presidente Donald Trump, que há muito reclamava da designação que considerava injustamente aplicada à segunda maior economia do mundo.

A questão do status da China também tem sido um dos pontos que atrasam as negociações sobre a reforma da OMC.

No início deste ano, chefes de comércio de toda a região Ásia-Pacífico, incluindo EUA e China, reconheceram a importância da organização para o avanço das questões comerciais e a necessidade de suas regras, ao mesmo tempo em que pediram uma “reforma significativa, necessária e abrangente para melhorar todas as suas funções.”

O status de país em desenvolvimento é autodeclarado e oferece diversos benefícios aos membros da OMC, incluindo prazos mais longos para implementar acordos. A China há muito se declara o maior país em desenvolvimento do mundo, enfatizando essa posição para reivindicar um papel de liderança para outros países emergentes.



Apesar da transformação de quatro décadas que a tornou a maior economia de comércio e manufatura do mundo, a ONU ainda a classifica como país em desenvolvimento. Ela está bem fora do top 50 mundial em Produto Interno Bruto (PIB) per capita, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), abaixo da Sérvia e logo à frente de Montenegro e Turcomenistão.

Em 2019, o ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, afirmou que as exigências para que a China se declarasse uma nação “desenvolvida” nas relações internacionais representavam uma forma de desigualdade. E, no início deste ano, ele descreveu seu país como um “membro natural” do Sul Global devido a uma “história comum de luta contra o colonialismo e a hegemonia e uma missão compartilhada de desenvolvimento e revitalização.”

Agronegócio: China compra soja da Argentina após suspensão de tarifa de exportação
Embora não seja mais elegível para o tratamento especial, o status da China como país em desenvolvimento não mudará, disse Han Yong, funcionário do Ministério do Comércio responsável pelas relações com a OMC, a jornalistas em Pequim na quarta-feira.

Wendy Cutler, vice-presidente sênior do Asia Society Policy Institute e experiente negociadora comercial dos EUA, afirmou que o anúncio chega “anos atrasado.”

“À luz da ausência de uma agenda de negociações da OMC e do ritmo lento de seus esforços de reforma, o anúncio — embora bem-vindo — terá pouco efeito prático,” disse Cutler. Mas ele “ajudará Pequim a defender seu compromisso duradouro com o sistema comercial multilateral, em nítido contraste com Washington, que está retendo suas contribuições à organização.”

Após tarifas de Trump: China desdenha da soja dos EUA, e agricultores agora têm um problema
Pequim tem se posicionado como defensora dos países em desenvolvimento e retratou a decisão como uma extensão desse esforço. A China tem buscado contrariar a ordem global liderada pelos EUA em parte ao se aproximar do Sul Global.

O movimento da China de não reivindicar os benefícios “é uma medida importante para salvaguardar e fortalecer o sistema comercial multilateral” e destacará “o papel da China como um grande país em desenvolvimento”, disse o Ministério do Comércio em um comunicado.

Também é “uma ação importante para implementar a Iniciativa Global de Desenvolvimento e a Iniciativa de Governança Global”, acrescentou, referindo-se a duas propostas de política da China nos últimos anos para reformar os assuntos mundiais.

O anúncio de Li foi feito em um evento sobre a Iniciativa Global de Desenvolvimento, segundo a Xinhua. Os EUA têm criticado a China por continuar a reivindicar o status de país em desenvolvimento. Em 2019, Trump disse, durante seu primeiro mandato, que “os Estados Unidos nunca aceitaram a reivindicação da China de status de país em desenvolvimento, e praticamente todos os indicadores econômicos atuais desmentem essa reivindicação.”

O Representante Comercial dos EUA e a Casa Branca não responderam imediatamente a um pedido de mais informações sobre o anúncio.

Ponto crítico nas negociações climáticas

A questão do status da China vai além do comércio global, pois também é um ponto crítico nas negociações climáticas.

Os países desenvolvidos deveriam contribuir com um fundo de US\$ 100 bilhões por ano para ajudar as nações emergentes a financiar medidas contra mudanças climáticas. Mas, embora a China seja agora a maior emissora de gases do efeito estufa do mundo, sua designação significa que não contribui para o fundo — uma posição criticada tanto pela Europa quanto pelos EUA.

Apesar da mudança anunciada pela China, é improvável que isso resolva uma série de tensões entre Pequim e Washington em questões comerciais e outras. As exportações chinesas continuam a

crescer fortemente, subindo quase 6% nos primeiros oito meses deste ano, atingindo um recorde para esse período.

O principal representante comercial da China, Li Chenggang, criticou as políticas dos EUA na quarta-feira, poucas horas após o anúncio da OMC, alertando que “hegemonia, unilateralismo e protecionismo estão em expansão.”

— Atualmente, o sistema de comércio multilateral baseado em regras enfrenta desafios severos — disse Li, que também é vice-ministro do Comércio, a jornalistas em Pequim. — Um determinado país lançou uma guerra comercial e, em seguida, uma guerra tarifária, prejudicando severamente os interesses legítimos dos membros da OMC, perturbando gravemente a ordem comercial global e trazendo incertezas e instabilidade para a economia mundial.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2025

PROTAGONISMO BRASILEIRO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL

Eletrobras reforça investimentos em energias renováveis, conclui projeto estratégico no Norte do país e avança em metas de descarbonização

Por Eletrobras

Diante dos desafios globais para a redução das emissões de carbono e a ampliação do uso de fontes renováveis e limpas, a Eletrobras vem se consolidando como uma protagonista da transição energética no Brasil.

Com cerca de 98,5% de sua capacidade instalada proveniente de fontes com baixa emissão de gases do efeito estufa, a empresa reforça seu compromisso com soluções sustentáveis e inovação tecnológica para impulsionar um modelo energético mais competitivo e seguro.

Complexo hidrelétrico de Paulo Afonso (BA) — Foto: Divulgação



Maior empresa de energia da América Latina, a Eletrobras é responsável por 22% da capacidade de geração elétrica nacional e por 39% das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A diversificação da matriz com foco em energia limpa é uma das estratégias que a empresa tem buscado para garantir sua liderança no tema. O investimento de mais de R\$ 2 bilhões no parque eólico de Coxilha Negra, obra inaugurada este ano na cidade de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, e o desenvolvimento de projetos pilotos com tecnologias que prometem

transformar o setor — como o hidrogênio verde e o armazenamento por meio de baterias — se somam em um portfólio hidrelétrico robusto. Uma oferta completa de soluções energéticas renováveis, seguras e estratégicas para impulsionar os negócios de seus clientes.

— Nossa expertise em geração renovável e capacidade de inovação tem potencial para desempenhar um papel decisivo nesse cenário — afirma Ivan Monteiro, presidente da Eletrobras.

O executivo explica que projetos pilotos que acumulam conhecimento em novas tecnologias integram um movimento maior:

— A Eletrobras está se preparando para fornecer energia limpa de forma competitiva e estruturar parcerias que viabilizem a descarbonização de diversos segmentos. Estamos comprometidos com a entrega de soluções que gerem valor real para nossos clientes e para a sociedade.



Planta de Geração Hidrogênio Verde, que fica nas instalações da Usina Hidrelétrica de Itumbiara (MG/GO) — Foto: Divulgação

Entre os marcos recentes deste movimento estratégico está a conclusão da Linha de Transmissão Manaus–Boa Vista, retomada após 11 anos. A obra encerra décadas de isolamento energético de Roraima, conectando o estado ao SIN e reduzindo a dependência de usinas térmicas a diesel e gás natural.



O projeto representa uma importante contribuição para a modicidade tarifária na região e para a redução de emissões de gases de efeito estufa, além de levar conectividade via fibra ótica para o estado.

Usina Solar Flutuante em Sobradinho (BA) — Foto: Divulgação

AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

- Eletrobras se volta ao fornecimento de energia limpa de forma competitiva, viabilizando a descarbonização de diversos segmentos
 - Maior empresa** de energia da América Latina
 - Compromisso de alcançar a **neutralidade de carbono até 2030**
 - 98,5% de sua capacidade** instalada proveniente de fontes com **baixa emissão de gases** de efeito estufa
 - 22% da capacidade de geração elétrica nacional**
 - 39% das linhas** de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN)
- Portfólio robusto oferece soluções energéticas renováveis, seguras e estratégicas para impulsionar os negócios dos clientes e colocar o Brasil em posição estratégica no mercado global de baixo carbono

 Hidrogênio verde
  Usinas solares

MARCO HISTÓRICO

Eletrobras concluiu a **Linha de Transmissão Manaus–Boa Vista**, encerrando décadas de isolamento energético de Roraima, conectando o estado ao SIN e reduzindo a dependência de usinas térmicas a diesel e gás natural.



META AMBICIOSA

No campo da sustentabilidade, a Eletrobras assumiu o compromisso de alcançar a neutralidade de carbono (net zero) até 2030 — uma meta com validação prevista pela Science Based Targets Initiative (SBTi), vinculada ao Pacto Global das Nações Unidas, em 2025.

Camilla Gualda, vice-presidente de Governança, Riscos, Compliance e Sustentabilidade da Eletrobras, destaca os avanços:

— A sustentabilidade permeia as estratégias e as decisões da companhia. Exemplifica isso a decisão de compensar nossas emissões remanescentes por meio de projetos de reflorestamento, trabalhando em conjunto com iniciativas como o Impacto Amazônia, promovido pelo Pacto Global da ONU, assim como a restauração de bacias hídricas.

Eletrobras — Foto: Divulgação

Com visão de longo prazo, a Eletrobras reafirma assim seu papel como agente de transformação do setor elétrico brasileiro e referência global em soluções energéticas sustentáveis.

BESSENT DIZ QUE EUA ESTÃO NEGOCIANDO LINHA DE SWAP DE US\$ 20 BI COM A ARGENTINA

Medida foi anunciada após encontro entre Donald Trump e Javier Milei, na terça-feira, em Nova York. Os títulos em dólares da Argentina reduziram perdas após o anúncio

Por Bloomberg — Nova York



Secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent — Foto: Leon Neal/AFP

Os Estados Unidos estão discutindo uma linha de swap de US\$ 20 bilhões com a Argentina e estão prontos para comprar os títulos em dólares do país, disse o Secretário do Tesouro, Scott Bessent, nesta quarta-feira.

A medida é um voto de confiança de Donald Trump ao presidente argentino Javier Milei, após uma reunião entre os dois líderes e outros funcionários dos EUA e da

Argentina na terça-feira, à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

"O Tesouro está atualmente em negociações com autoridades argentinas para uma linha de swap de US\$ 20 bilhões com o Banco Central", postou Bessent na rede social X. "Estamos trabalhando em estreita coordenação com o governo argentino para evitar volatilidade excessiva."

Além disso, disse Bessent, os Estados Unidos estão prontos para comprar dívida governamental primária ou secundária:

"Estamos trabalhando com o governo argentino para encerrar o período de isenção fiscal para produtores de commodities que convertem câmbio estrangeiro", acrescentou o secretário americano.

Segundo Bessent, o Tesouro dos EUA está pronto para comprar os títulos em dólares da Argentina e o fará conforme as condições exigirem.

"Também estamos preparados para fornecer crédito standby significativo por meio do Fundo de Estabilização Cambial e temos mantido discussões ativas com a equipe do Presidente Milei para isso", afirmou.

A linha de swap da administração Trump seria maior do que a linha da Argentina com o banco central da China, que é de cerca de US\$ 18 bilhões.

Em seu post, Bessent ressaltou que, sob a liderança do presidente Milei, a Argentina deu passos importantes rumo à estabilização:

"Ele conseguiu uma consolidação fiscal impressionante e uma ampla liberalização de preços e regulamentos restritivos, lançando as bases para o retorno histórico da Argentina à prosperidade".

E acrescentou:

"O governo Trump é firme em seu apoio aos aliados dos Estados Unidos, e o Presidente Trump concedeu ao Presidente Milei um raro endosso a um funcionário estrangeiro, demonstrando confiança nos planos econômicos de seu governo e na importância estratégica geopolítica da relação entre os Estados Unidos e a Argentina. Imediatamente após a eleição, começaremos a trabalhar com o governo argentino sobre seus pagamentos principais".

Na terça-feira, Trump se reuniu com Milei, às margens da Assembleia Geral da ONU, elogiou a política econômica do argentino, mas minimizou a necessidade de 'resgate' financeiro.



Pouco antes de se encontrar pessoalmente com Milei, o presidente americano deu um forte sinal de respaldo ao presidente argentino, ao afirmar em sua rede Truth Social que “o muito respeitado presidente demonstrou ser um líder verdadeiramente fantástico e poderoso para o grande povo da Argentina, avançando em todos os níveis a uma velocidade recorde”.

O presidente repetiu uma mensagem quase idêntica quando os dois se encontraram pessoalmente, após o aperto de mãos, em meio à expectativa por um possível socorro financeiro dos Estados Unidos à Argentina. O encontro, no entanto, terminou sem uma ajuda concreta por parte dos EUA.

Títulos em dólares reduzem perdas

Os títulos em dólares da Argentina reduziram perdas após o Bessent afirmar na segunda-feira que havia várias opções sobre a mesa. Os mercados argentinos, que estiveram agitados nas últimas semanas após o desempenho fraco do partido de Milei nas eleições da Província de Buenos Aires, dispararam nesta semana na expectativa de apoio dos EUA, sinalizado inicialmente na segunda-feira.

Eles subiram novamente com o anúncio desta quarta-feira, com as notas com vencimento em 2035 subindo cerca de 3,3 centavos por dólar, atingindo o maior valor desde 5 de setembro.

— Isso elimina a incerteza sobre as dificuldades de liquidez geradas pelo programa econômico até agora — disse Federico Filippini, Economista-Chefe do Adcap Grupo Financiero. — O anúncio de que o Tesouro estaria disposto a comprar diretamente a dívida soberana aumenta significativamente a probabilidade de queda no risco-país a ponto de o governo poder emitir dívida no início de 202

Falando na Fox na manhã desta quarta-feira, Bessent chamou a ajuda de “uma ponte para a eleição”, referindo-se às eleições de meio de mandato da Argentina, que acontecem em 26 de outubro.

— Não acho que o mercado tenha perdido confiança nele; acho que o mercado está olhando pelo retrovisor, vendo décadas — cerca de um século — de má gestão terrível na Argentina — disse o secretário do Tesouro.

Novo resgate

Esta marca o segundo grande resgate para a Argentina sob Trump, à medida que seu governo assume um papel mais proeminente na política latino-americana. Em 2018, Trump pressionou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a aprovar um programa inicial de US\$ 50 bilhões para o país sob o governo do presidente Mauricio Macri, um acordo que rapidamente se desfez.

Desde então, o FMI firmou mais dois acordos com a Argentina, que já deixou de pagar os créditos para financiar sua dívida várias vezes, incluindo o pacote de US\$ 20 bilhões que Milei garantiu em abril.

Agora, em seu segundo mandato, Trump aumentou as tensões com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, ameaçou novas tarifas à presidente mexicana Claudia Sheinbaum e ordenou ataques a barcos pertencentes a supostos traficantes de drogas no Caribe como alerta a Nicolás Maduro, da Venezuela. Enquanto isso, Milei fez viagens repetidas aos EUA para elogiar publicamente Trump.

Milei se apresenta como um defensor do livre mercado, mas tem intervindo cada vez mais na economia para apoiar o peso, buscando evitar que a inflação anual dispare novamente antes das eleições de meio de mandato.

A inflação caiu para 34%, ante 289% no ano passado, e Milei precisa de um desempenho eleitoral forte para reforçar sua pequena minoria no Congresso, onde legisladores da oposição até agora resistiram à sua agenda pró-mercado e reformas econômicas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2025

EFEITO COLATERAL DO TARIFAÇÃO DE TRUMP: CHINA INUNDA O MUNDO COM ONDA DE EXPORTAÇÕES BARATAS

Desvio de produtos taxados nos EUA para outros países era esperado, mas aumentam os desafios das empresas dos países que viraram novos destinos

Por Bloomberg — Nova York



Contêineres de carga no Porto de Águas Profundas de Yangshan, em Xangai — Foto: Qilai Shen/Bloomberg

O motor exportador do presidente Xi Jinping mostrou-se imbatível durante cinco meses de tarifas altíssimas impostas pelos Estados Unidos, levando a China a um superávit comercial recorde de US\$ 1,2 trilhão.

Apesar das restrições de acesso ao mercado americano, os fabricantes chineses não recuaram: as compras da Índia atingiram um recorde em agosto, os embarques para a África caminham para bater um recorde anual e as vendas ao Sudeste Asiático superaram o pico da pandemia.

Esse avanço generalizado está causando alarme no exterior, enquanto governos ponderam o impacto sobre suas indústrias locais diante do risco de se indispor com Pequim, o principal parceiro comercial de mais da metade do planeta.

Até agora, apenas o México respondeu publicamente neste ano, impondo tarifas de até 50% sobre produtos chineses como automóveis, peças e aço. Outros países, porém, enfrentam pressão crescente para agir.

Autoridades indianas receberam 50 pedidos recentes para investigar dumping de produtos da China e do Vietnã. Na Indonésia, o ministro do Comércio prometeu controlar a enxurrada de mercadorias após viralizarem vídeos de vendedores chineses oferecendo calças jeans e camisas por apenas US\$ 0,80.

Temor de melindrar 2ª economia do mundo

Ainda assim, as chances de medidas mais amplas são limitadas. Países já envolvidos em negociações tarifárias com a administração Trump hesitam em abrir nova frente de guerra comercial com a segunda maior economia do mundo. Isso dá fôlego a Pequim diante de tarifas americanas que devem cortar pela metade o crescimento anual da China.

— A resposta moderada provavelmente se deve às negociações em curso com os EUA — disse Christopher Beddor, da Gavekal Dragonomics. — Alguns países não querem ser responsabilizados por um colapso do sistema comercial mundial; outros podem estar segurando tarifas contra a China para usá-las como moeda de troca com os EUA.

O ministro do Comércio da África do Sul desaconselhou tarifas punitivas sobre carros chineses, que quase dobraram neste ano, e busca mais investimentos. Chile e Equador aplicam discretamente taxas específicas a importados de baixo custo, após a plataforma Temu crescer 143% em usuários mensais na América Latina desde janeiro. O Brasil, embora tenha ameaçado represálias, concedeu neste verão uma janela de isenção à BYD para ampliar a produção local.

Charme diplomático e ameaças financeiras

Pequim mistura charme diplomático e ameaças econômicas. Xi reuniu países do Brics para condenar o protecionismo, enquanto o Ministério do Comércio advertiu o México a “pensar duas vezes” antes de agir. Trump, por sua vez, pressiona aliados da Otan a impor tarifas de até 100% contra a China por apoiar a Rússia.

Autoridades chinesas defendem que o comércio do país é razoável e negam prática de dumping (venda de produtos abaixo do preço de custo).

— Quando há demanda externa, a China exporta — disse o vice-ministro das Finanças, Liao Min.

Para analistas da Bloomberg Economics, se Trump conseguir unir outros países contra a China, Pequim poderá retaliar com tarifas, correndo o risco de afastar parceiros no momento em que precisa de aliados.

Apesar da maré favorável, os exportadores não estão ficando mais ricos: os lucros industriais caíram 1,7% nos primeiros sete meses, já que fabricantes reduziram preços para vender no exterior, aprofundando a deflação doméstica.

A explosão de exportações chinesas também pode minar os esforços de Pequim de reequilibrar a economia via consumo interno, frustrando apelos de autoridades americanas.

Para Xi, no entanto, mostrar que a China não depende do consumidor dos EUA pode fortalecer sua posição antes da cúpula com Trump na Coreia do Sul. Ambos ainda negociam um possível acordo comercial, com trégua tarifária de 90 dias que mantém, por ora, a paz.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2025

NEGOCIAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA PODE INCLUIR MINERAIS CRÍTICOS E REGULAÇÃO DE BIG TECHS

Assuntos comerciais devem estar à mesa em agenda bilateral de Trump e Lula

Por Eliane Oliveira, Ivan Martínez-Vargas e Bernardo Lima — Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia que, do ponto de vista comercial, tudo está sobre a mesa com a possibilidade real de diálogo entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, incluindo o acesso dos americanos a minerais críticos e a regulação das grandes plataformas digitais. A parte política das reivindicações americanas, que pede uma interferência no Judiciário para favorecer o ex-presidente Jair Bolsonaro, está totalmente fora de questão.

Trump e Lula conversaram pela primeira vez, por menos de um minuto, nesta terça-feira, em uma sala reservada durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Uma reunião entre os dois líderes deve acontecer, provavelmente de forma remota, nos próximos dias.



Lula e Trump discursam na ONU — Foto: Montagem editoria de arte

Segundo interlocutores do governo Lula, por enquanto, o que existe são suposições sobre as prioridades dos americanos. Desde o anúncio do tarifaço de Trump, nenhuma autoridade dos Estados Unidos formalizou nenhum pleito econômico por parte dos americanos.

Na noite de terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que Lula e Trump devem começar a discutir sobre “coisas que realmente importam”, como

integração econômica e investimentos mútuos.

— Nós temos muitos termos de acordo que já estavam em processo e podem ser retomados se as coisas voltarem à normalidade. As tratativas até o governo anterior eram no campo basicamente de transformação produtivas, envolvia energia limpa, minerais raros, biocombustíveis — disse Haddad.

No Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que está a cargo das negociações, trabalha-se com a hipótese de que o governo Trump paute o tema da regulação das plataformas digitais. A gestão de Trump está alinhada ao interesse das big techs em resistir a qualquer moderação de conteúdo, que é vista pelo republicano como possível censura.

Câmara de Comércio Americana: Encontro de Trump e Lula abre caminho para 'diálogo de alto nível' Após Lula ter dito publicamente que o governo trabalhava num projeto para regular as big techs, o governo recuou na última semana e desistiu de enviar o texto que estava sendo produzido ao Congresso.

Em vez disso, decidiu enviar um projeto com regras econômicas para as plataformas. O movimento pesou, entre outros fatores, o ambiente político considerado hostil à proposta da regulação no Congresso.

O entorno de Lula considera a sanção da lei que busca coibir casos de violações graves contra menores de 18 anos em plataformas digitais e o entendimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que as plataformas são responsáveis legalmente por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários, avanços que podem coibir crimes e desinformação no ambiente digital.

Ao anunciar que os produtores brasileiros seriam sobretaxados em 50%, Trump citou como principal motivo o processo contra Bolsonaro no STF e mencionou tarifas supostamente abusivas cobradas pelo Brasil a produtos americanos, apesar de a tarifa de oito dos dez principais produtos de pauta de exportações dos EUA ao Brasil já terem tarifa zero na entrada ao país.

Reservadamente, uma pessoa familiarizada com as missões que o setor privado tem realizado aos Estados Unidos disse que a indústria vê com bons olhos a sinalização do começo de uma negociação comercial de fato entre os dois países. Disse, no entanto, que há o temor de que o lado americano tenha pleitos que sejam absurdos ou francamente desvantajosos para o Brasil.

Como O GLOBO publicou, o governo dos Estados Unidos está interessado em realizar acordos com o Brasil para a aquisição dos chamados minerais críticos e estratégicos, a exemplo de lítio e nióbio, bem como acordos envolvendo as chamadas terras raras, um conjunto de minerais importantes para a transição energética e usados, por exemplo na fabricação de baterias, turbinas eólicas e telas de LED.

Em julho, o encarregado de negócios da embaixada americana em Brasília, Gabriel Escobar, transmitiu a mensagem a representantes do setor de mineração brasileiro, entre eles o ex-ministro da Justiça e presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Raul Jungmann. Escobar é o principal representante dos EUA em Brasília, uma vez que a representação americana no país está sem embaixador. À época, Jungmann relatou a demanda ao vice-presidente Geraldo Alckmin.

No mês passado, Lula admitiu, em uma entrevista à agência de notícias Reuters, a possibilidade de negociar minerais críticos.

— Nós vamos começar a fazer, estou criando um conselho que será ligado à presidência e será tratado como questão de soberania nacional. Isso não significa que a gente não pode negociar com outros países do mundo, que a gente possa fazer parceria de empresas estrangeiras virem para o Brasil explorar minerais críticos — disse Lula à época. A declaração ocorreu dias após o presidente brasileiro ter dito, em um discurso, que “ninguém põe a mão” nos minerais brasileiros.

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

VALLOUREC APOSTA EM PROJETO DA PETROBRAS PARA AMPLIAR PARCERIA COM A ESTATAL

Empresa vai participar de licitação para piloto de captura e armazenamento de carbono

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)



Plataforma de exploração de petróleo da Petrobras no Rio de Janeiro. Foto: Fabio Motta/Estadão

A licitação da Petrobras para o primeiro projeto-piloto de captura e armazenamento de carbono (CCS, na sigla em inglês), que pretende captar até 100 mil toneladas de CO₂ por ano em Macaé (RJ), será a próxima oportunidade explorada pela multinacional de tubos de aço de origem francesa Vallourec para ampliar a parceria com a estatal. O recebimento de

propostas começou em 10 de setembro e vai até 8 de dezembro.

“Vamos participar dessa primeira licitação histórica, oferecendo as nossas soluções tecnológicas e tentando ser o mais competitivo possível para que, nesse momento que a Petrobras vai injetar CO₂ de CCS no reservatório salino, utilize as soluções tubulares sem costura produzidas aqui em Belo Horizonte”, disse à Coluna o diretor-presidente da Vallourec South America, André Lacerda, referindo-se a uma das fábricas da empresa no Brasil.

Lacerda explica que assumir o risco do projeto - cuja contratação contempla, entre outras etapas, a interligação e o comissionamento (condicionamento, testes funcionais, pré-operação e operação assistida) das instalações - é justificável mesmo sem um ambiente regulatório claro para CCS no Brasil. “Mesmo sem toda a parte de legislação, isso tem que começar de alguma forma. E ninguém melhor do que por um gigante, como a Petrobras.”

Importação de tecnologia

Após assegurar em setembro seu maior contrato de fornecimento de produtos e serviços para as operações offshore da Petrobras, de até US\$ 1 bilhão, a Vallourec vê espaço para iniciar a produção local do Cleanwell, tecnologia de aperto mecânico de tubos que dispensa lubrificantes. “Esse contrato vai possibilitar validar uma tecnologia nova. A Petrobras dando sinal verde de que é essa a tecnologia que quer, esse será o nosso próximo investimento no Brasil”, declarou Lacerda.

Entre as vantagens da tecnologia patenteada pela empresa, presente em 20 países, estão a redução do risco de contaminação do poço por excesso de lubrificante e a diminuição de acidentes na estação de trabalho. O contrato com a Petrobras prevê o uso do Cleanwell, mas com parte do serviço executado na França. “O nosso objetivo é desenvolver o Brasil para o mercado doméstico e para o da América do Sul e, assim, fortalecer a empresa também para exportação.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2025

REFORMA TRIBUTÁRIA: ANFAVEA ARTICULA LIMITAR ‘IMPOSTO DO PECADO’ PARA VEÍCULOS EM 5%

Intenção é pegar carona na disposição do relator Eduardo Braga (MDB-AM), que incluiu na semana passada teto do Imposto Seletivo para refrigerantes

Por Naomi Matsui (Broadcast)

BRASÍLIA - A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e representantes da indústria automobilística articulam a criação de um teto de 5% do Imposto Seletivo, conhecido como “imposto do pecado”, para o setor automotivo na regulamentação da reforma tributária.

A emenda será apresentada pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, segunda etapa para regulamentar a reforma, na pauta do Senado desta quarta-feira, 24.



Setor automobilístico afirma que as empresas precisam de previsibilidade Foto: Washington Alves/Estadão

A ideia não é pedir a exclusão do setor do “imposto do pecado”, mas adicionar um limite de incidência do tributo sobre o segmento, tal como já ocorre com os bens minerais extraídos, cuja incidência máxima do Seletivo é de 0,25%.

O Imposto Seletivo foi criado para desestimular o consumo de bens e produtos considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente, tal como bebidas alcoólicas, veículos poluentes e cigarros.

O argumento do setor automotivo será que vários produtos taxados com o “imposto de pecado” já possuem esse teto e que seria importante dar o mesmo tratamento aos veículos.

A intenção é pegar carona na disposição do relator do projeto, Eduardo Braga (MDB-AM), que, na semana passada, aceitou incluir as bebidas açucaradas, como refrigerantes, na lista de produtos com limite de Seletivo – nesse caso, de 2%.

O setor automobilístico também afirma que as empresas precisam de previsibilidade, uma vez que o pagamento do Seletivo começará já em janeiro de 2026 e que, tal como a lei está agora, não há como saber qual será a incidência aplicada.

Também argumenta que a elevação de tributação encarecerá veículos novos e resultará no envelhecimento da frota, o que causará aumento de emissão de gases poluentes – efeito contrário ao pretendido pelo tributo.

O projeto que deve ser votado nesta quarta-feira, 24, tem como principal objetivo definir as regras do comitê responsável por arrecadar e gerenciar os recursos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - novo imposto de Estados e municípios.

Braga, inclusive, afirmou que evitaria mudar alíquotas, uma vez que isso já foi tratado no primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2025

CHINA VAI ABRIR MÃO DE STATUS DE ‘PAÍS EM DESENVOLVIMENTO’ NA OMC, EM MEIO A NEGOCIAÇÕES COM OS EUA

Segundo os chineses, medida é uma tentativa de impulsionar o sistema comercial global em um momento de ameaças de guerras tarifárias e medidas protecionistas

Por Associated Press

XANGAI - A China disse que vai abrir mão do tratamento especial concedido aos países em desenvolvimento nos acordos da Organização Mundial do Comércio - uma mudança há muito exigida pelos Estados Unidos.

Autoridades do Ministério do Comércio chinês disseram nesta quarta-feira, 24, que a medida é uma tentativa de impulsionar o sistema comercial global em um momento em que ele está sob ameaça de guerras tarifárias e medidas protecionistas de vários países para restringir as importações.



O primeiro-ministro chinês, Li Qiang Foto: Vincent Thian/AP

Não ficou claro se o anúncio levará a um maior acesso de produtos estrangeiros ao vasto mercado chinês. Os EUA e muitos países europeus há muito reclamam das barreiras às suas exportações. A mudança afeta apenas as negociações em andamento e futuras, não os acordos existentes.

O primeiro-ministro chinês, Li Qiang, anunciou a mudança em um discurso em Nova York na terça-feira, em um fórum de desenvolvimento organizado pela China na reunião anual da Assembleia Geral da ONU.

Autoridades chinesas disseram que a decisão de Pequim foi voluntária e não significa que outros países em desenvolvimento devam seguir o exemplo.

“É uma decisão da própria China”, disse o principal enviado da China à OMC, Li Yihong, a repórteres em Genebra.

As disposições de “tratamento especial e diferenciado” da OMC concedem a alguns países em desenvolvimento prazos mais longos para implementar acordos comerciais, podem levar à assistência técnica do exterior e oferecem exceções a algumas regras que os países mais ricos precisam cumprir.

A China é um país de renda média, e autoridades governamentais enfatizaram que ela continua fazendo parte do mundo em desenvolvimento. Os EUA há muito argumentam que a China deveria abrir mão do status de país em desenvolvimento, pois é a segunda maior economia do mundo.

A China “sempre será um país em desenvolvimento”, disse Li. “É muito claro que a questão do status de membro em desenvolvimento e o tratamento especial e diferenciado estão relacionados, mas são distintos.”

No entanto, cada vez mais, a China se tornou uma fonte de empréstimos e assistência técnica para outros países que buscam construir estradas, ferrovias, barragens e outros grandes projetos, muitas vezes realizados por grandes empresas estatais chinesas.

A OMC afirma que não faz distinção oficial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas algumas nações se identificam como em desenvolvimento.

Em suas declarações, as autoridades chinesas não mencionaram os Estados Unidos pelo nome nem a imposição de tarifas pelo presidente Donald Trump a muitos outros países este ano, incluindo a China.

A OMC, que conta com 166 países como membros, oferece um fórum para negociações comerciais globais e faz cumprir acordos, mas tem se tornado menos eficaz, o que tem gerado pedidos de reforma.

O chefe da organização com sede em Genebra descreveu a medida chinesa como “uma notícia importante para a reforma da OMC” e aplaudiu e agradeceu aos líderes do país em uma postagem no X.

“Este é o resultado de muitos anos de trabalho árduo”, escreveu Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. Saiba mais em nossa Política de IA.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2025

EUA DISCUTEM LINHA DE FINANCIAMENTO DE US\$ 20 BI COM A ARGENTINA, DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO

Governo Trump busca evitar volatilidade no peso e está em coordenação com o governo Milei para estabelecer linha de financiamento

Por Redação

O Tesouro dos Estados Unidos está negociando uma linha de financiamento temporária (swap line) com o Banco Central da Argentina no valor de US\$ 20 bilhões e está disposto a comprar dívida primária ou secundária do país sul-americano, anunciou o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, nesta quarta-feira, 24.

“O Tesouro está atualmente em negociações com autoridades argentinas para estabelecer uma linha de swap de US\$ 20 bilhões com o Banco Central. Estamos trabalhando em estreita coordenação com o governo argentino para evitar volatilidade excessiva”, indicou na rede social X.

“Além disso, os Estados Unidos estão preparados para adquirir dívida pública no mercado primário ou secundário, e estamos trabalhando com o governo argentino para acabar com a isenção fiscal dos produtores de matérias-primas que convertem moedas”, acrescentou o comunicado.



Javier Milei discursa durante Assembleia-Geral da ONU
Foto: Timothy A. Clary

A dívida primária é aquela emitida pelo governo para arrecadar dinheiro imediatamente, por meio de títulos ou letras, enquanto a dívida secundária é aquela que já foi emitida e que é trocada por investidores, públicos ou privados.

“O Tesouro dos Estados Unidos está disposto a comprar títulos em dólares da Argentina e o fará conforme as condições exigirem. Também estamos preparados para conceder um crédito importante (...) por meio do Fundo de Estabilização Cambial, e mantivemos conversações ativas com a equipe do presidente Milei para fazê-lo”, acrescentou o secretário do Tesouro.

A Argentina vive uma situação financeira delicada devido aos reveses eleitorais e políticos do governo no Congresso, que colocaram o ultraliberal Javier Milei contra as cordas. Milei se reuniu na terça-feira, 23, com o presidente Donald Trump à margem da Assembleia Geral da ONU, e o mandatário republicano lhe deu seu apoio público.

“O governo Trump mantém-se firme no seu apoio aos aliados dos Estados Unidos, e o presidente Trump concedeu ao presidente Milei um apoio pouco comum a um responsável estrangeiro, para demonstrar a sua confiança nos planos econômicos do seu governo”, afirmou Bessent.

Ajuda do BID

Também nesta quarta-feira, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou um pacote de ajuda US\$ 3,9 bilhões para a Argentina, em iniciativa que se junta a esforços dos EUA e do Banco Mundial em prol da estabilização financeira do país latino-americano. Os recursos serão mobilizados ao longo de 15 meses.

Em comunicado, o BID disse que deve encerrar o ano com cinco novas operações no setor público aprovadas, totalizando US\$ 2,9 bilhões, destinadas a apoiar reformas estruturais na Argentina. Além disso, o pacote inclui mais US\$ 1 bilhão canalizados via BID Invest, braço do setor privado, direcionado a setores como energia, minerais críticos, conectividade, serviços de saúde e financiamento de pequenas e médias empresas.

Segundo o BID, o objetivo é expandir “significativamente” suas operações na Argentina nos próximos 15 meses, combinando crédito soberano com investimentos privados e mobilização de recursos. Essa abordagem, que reforça também o papel do BID Lab, laboratório de inovação e capital de risco do grupo, está alinhada à estratégia para o país aprovada em julho pelo Conselho Executivo.

O comunicado ressalta que as prioridades do financiamento incluem “consolidação fiscal, aumento da competitividade, modernização da infraestrutura e promoção do investimento privado”. Dentro do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), o BID afirmou ainda que apoia a Argentina com um pacote de até US\$ 10 bilhões para os próximos três anos, destacando que a carteira do IDB Invest no país “é a maior de toda a região”./AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2025

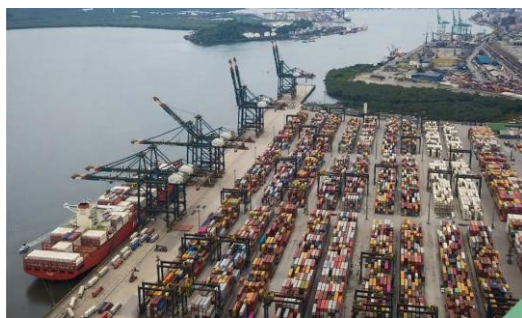


VALOR ECONÔMICO (SP)

CAMEX REDUZ TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE 15 PRODUTOS ‘CRUCIAIS’ PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Comitê da Camex também prorrogou por mais 12 meses o aumento do imposto de importação aplicado a 30 códigos tarifários de produtos químicos, dois de papel-cartão e um de pneus

Por Giordanna Neves, Valor — Brasília



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) aprovou a redução tarifária para 15 produtos não produzidos pelo Brasil e considerados “cruciais” para diferentes cadeias produtivas. Os itens não foram detalhados, mas a íntegra das deliberações será publicada ainda nesta terça-feira (23) na página da Camex, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O Gecex também prorrogou por mais 12 meses o aumento do imposto de importação aplicado a 30 códigos tarifários de produtos químicos, dois de papel-cartão e um de pneus para automóveis de passeio.

Segundo o Mdic, a medida busca proteger a indústria nacional “contra surtos de importação derivados da atual conjuntura internacional”. Com a decisão, foram mantidas as alíquotas já em vigor desde deliberações anteriores: até 20% para químicos, 16% para as duas NCMs de papel e 25% para pneus de carros de passeio.

O Comitê decidiu também renovar medidas de defesa comercial aplicadas a três grupos de produtos: laminados planos de baixo carbono, laminados planos de aço inoxidável e alhos frescos ou refrigerados.

No caso dos laminados de baixo carbono, a renovação vale para itens originários da Coreia do Sul e da China. Já para os laminados de aço inoxidável, a medida atinge China e Taipé Chinês. Quanto ao alho importado da China, a restrição foi mantida, mas com exceção de empresas chinesas que firmaram compromisso com o governo brasileiro de praticar preços que não prejudiquem a competitividade da produção nacional.

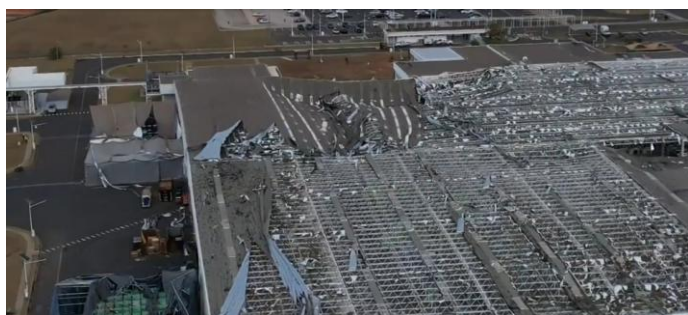
No âmbito da regulamentação da Medida Provisória (MP) Brasil Soberano, publicada como resposta do governo ao “tarifaço”, o Gecex aprovou novas propostas de Política de Subscrição de Riscos para o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE) e para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE). O objetivo é otimizar o uso desses instrumentos de garantia, ampliando a segurança e a previsibilidade das operações de comércio exterior.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/09/2025

VENDAVAL INTERROMPE PRODUÇÃO NA TOYOTA EM PORTO FELIZ (SP)

Unidade foi atingida por volta das 13h de segunda-feira por forte chuva e ventos intensos, que provocaram danos severos à estrutura da fábrica; Não há previsão de retomada das operações, informou a empresa

Por Marcelo Toledo, Folhapress — Ribeirão Preto (SP)



Fábrica da Toyota, em Porto Feliz — Foto: Reprodução/G1/TV TEM/

O vendaval que atingiu boa parte do Estado de São Paulo nesta segunda-feira (22) provocou a interrupção nas operações da fábrica de motores da Toyota em Porto Feliz, na região de Sorocaba, por tempo indeterminado.

A unidade foi atingida por volta das 13h de segunda-feira por uma forte chuva acompanhada de ventos intensos. A estrutura da fábrica sofreu danos severos, de acordo com a montadora.

Por isso, um relatório dos danos está sendo preparado para entender a extensão dos impactos e não há, no momento, previsão de retomada das operações, segundo a Toyota.

Porto Feliz foi a cidade paulista que teve mais feridos, com o destelhamento da fábrica e quedas de árvores. Dez pessoas sofreram ferimentos leves. Duas famílias ficaram desalojadas. As informações são da Defesa Civil de São Paulo.

Devido aos estragos causados no município, a prefeitura decretou estado de emergência.

A Toyota disse que “não há relatos de fatalidades” e que a segurança das pessoas é prioridade. A empresa está acompanhando cuidadosamente a situação, oferecendo todo o suporte necessário aos colaboradores e parceiros que atuavam no local”, informou a montadora.

O vendaval fez a estrutura do telhado ir ao chão e ficar espalhada do lado de fora da fábrica, onde ferros retorcidos dividiram o espaço com um veículo tombado.

Segundo o Corpo de Bombeiros, as vítimas foram socorridas pela ambulância da montadora e a corporação permaneceu no local após o destelhamento, para fazer uma vistoria.

Ventos de até 134 km/h acompanhados por uma forte chuva atingiram cidades do interior e do litoral de São Paulo e destruíram telhados, alagaram ruas, deixaram cidades sem energia elétrica, na segunda-feira.

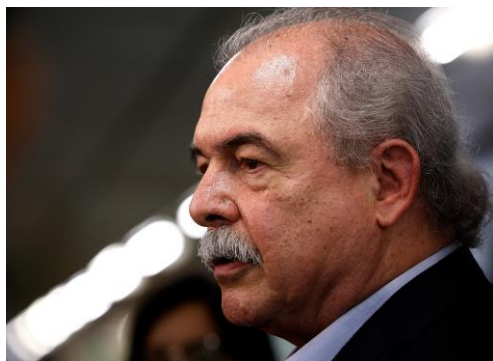
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/09/2025

TRIBUTAÇÃO SOBRE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA ESTÁ PACIFICADA COM FAZENDA, DIZ MERCADANTE

Presidente do BNDES afirma que banco deve apresentar novidades nesta área em breve

Por Victoria Netto, Valor — Rio



O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante — Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES), Aloizio Mercadante, voltou a afirmar que o banco tem interesse em manter debêntures de infraestrutura e que a discussão sobre tributação sobre elas “está pacificada” com o Ministério da Fazenda.

O comentário vem na esteira da discussão sobre o possível aumento da tributação de debêntures de infraestrutura de 15% para 25%. O tema foi proposto na Medida Provisória apresentada pelo Ministério da Fazenda como alternativa à derrubada do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Congresso.

“Acho que isso está mais ou menos pacificado com o Ministério da Fazenda e nós acreditamos que essas regras serão mantidas”, disse a jornalistas após falar em evento sobre o fomento do mercado de capitais, no Rio.

Mercadante completou que as debêntures incentivadas para infraestrutura são “indispensáveis”: “Você não tem como financiar uma obra de 25, 30 anos, como nós fazemos, se não tiver esse tipo de instrumento para atrair o setor privado para financiar”.

Ao afirmar que o banco quer ampliar a atuação no mercado de capitais, em especial no mercado de dívidas, como as próprias debêntures, Mercadante afirmou que o banco deve apresentar novidades nesta área em breve.

“Somos um grande coordenador das debêntures, atraímos o capital privado, financiamos a infraestrutura de aeroportos e rodovias. No ano passado, foram mais de R\$ 30 bilhões nessa modalidade e, neste ano, ficamos muito otimistas. Vão ter novidades importantes em breve”, disse o presidente do BNDES.

Mercadante afirmou ainda que o BNDES prioriza os investimentos relacionados à inovação e à indústria brasileira, como aeronaves. Segundo ele, o banco tem interesse em financiar parte das 74 aeronaves que a Latam vai comprar da Embraer, anunciada ontem (23), e também as infraestruturas.

“Nós já financiamos mais de 1.300 aeronaves da Embraer e, durante todo esse processo, conversamos com a Latam. O BNDES tem todo o interesse em financiar. É muito importante porque

é a maior empresa que atua no Brasil no transporte [aéreo], tem muita presença no transporte regional e em toda a América Latina”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

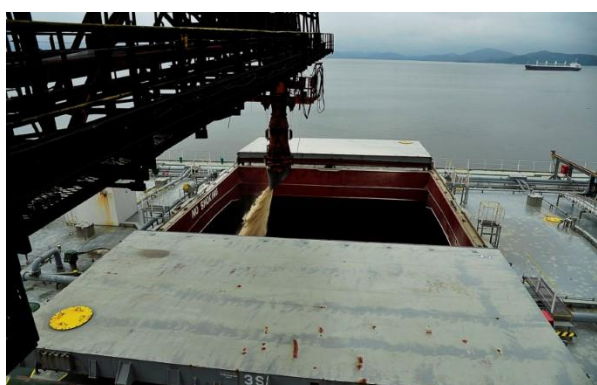
Data: 24/09/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANTAQ RECEBE CONTRIBUIÇÕES SOBRE AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Da Redação Navegação 24/09/2025 - 20:52



Foco será transporte de granéis sólidos e neogranéis. Contribuições podem ser enviadas até o próximo dia 23 de outubro

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abriu, na última terça-feira (23), o processo de tomada de subsídios para tratar do afretamento por tempo na navegação marítima, com ênfase sobre a cabotagem. De acordo com a agência, o objetivo é obter contribuições, subsídios e sugestões referentes ao relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) preliminar desse tema, que está incluído na agenda

regulatória 2025/2028. As contribuições podem ser enviadas até o próximo dia 23 de outubro.

A atualização, segundo a Antaq, é necessária para que os procedimentos de afretamento estejam alinhados aos aperfeiçoamentos trazidos pela Lei 14.301/2022, que criou o programa de incentivo à cabotagem do governo federal (BR do Mar). A agência considera que a participação social permitirá o aprimoramento dos fundamentos que subsidiarão o aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios relacionados ao afretamento por tempo no modal.

O relatório apontou algumas soluções, com foco no segmento de transporte de granéis sólidos e neogranéis, como vincular o afretamento a uma carga específica, ampliar prescrições, regulamentar o bloqueio parcial, estabelecer período máximo para o afretamento por tempo, e ampliar a duração e a antecedência da circularização em relação ao embarque.

A agência realizará um webinar ao vivo para a apresentação técnica do relatório de AIR, cuja data será divulgada em breve. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 23 de outubro de 2025. Os envios devem ser realizados exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da autarquia. Para o envio de imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos devem ser encaminhados para o e-mail: srg@antag.gov.br.

A tomada de subsídios SRG nº 2/2025-Antaq é voltada exclusivamente para a navegação de cabotagem. Ela integra a abordagem do tema 2.1 da Agenda Regulatória da Antaq 2025/2028 — Afretamento por tempo na navegação marítima, que também contempla a navegação de apoio marítimo. Entretanto, para esse último segmento, está sendo elaborado um relatório de AIR específico, que em breve, será submetido à participação social.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/09/2025

IBAMA APROVA AVALIAÇÃO PRÉ-OPERACIONAL REALIZADA PELA PETROBRAS NA MARGEM EQUATORIAL

Da Redação Offshore 24/09/2025 - 20:36



Companhia informou que ajustes adicionais solicitados pelo órgão serão entregues pela companhia até próxima sexta-feira (26) e que espera receber em breve licença ambiental para perfuração de um poço exploratório na região

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aprovou a Avaliação Pré-Operacional (APO), o simulado de resposta a emergência realizado pela Petrobras em agosto deste ano, como etapa final do processo de licenciamento

ambiental do bloco FZA-M-59, localizado em águas profundas do Amapá, na chamada região da Margem Equatorial. Em nota, a Petrobras informou que o parecer com a aprovação da APO foi protocolado pelo órgão ambiental nesta quarta-feira (24).

No documento, o Ibama afirma que "levando em consideração as observações registradas pela equipe de avaliadores, a robustez da estrutura apresentada, bem como o caráter inédito da atividade executada — marcada por desafios logísticos relevantes, pela dimensão da estrutura acionada e pela amplitude das vertentes de análise — considera-se a Avaliação Pré-Operacional do Bloco FZA-59 aprovada".

Na decisão, o Ibama também solicita que sejam incorporados ajustes ao plano de proteção à fauna apresentado pela companhia, "de modo a contribuir para o processo de melhoria contínua da estrutura de resposta, garantindo sua adequação e alinhamento aos requisitos da região". A Petrobras irá revisar o plano conforme as observações apontadas no parecer e reapresentará o documento ao Ibama até esta sexta-feira (26).

A Petrobras destacou que, com a aprovação da APO e o cumprimento dos demais requisitos do processo de licenciamento, a companhia espera receber em breve a licença ambiental para perfuração de um poço exploratório no bloco FZA-M-59, por meio do qual a companhia irá buscar informações geológicas e investigar a existência de petróleo.

"A Petrobras segue comprometida com o desenvolvimento da Margem Equatorial brasileira, reconhecendo a importância de novas fronteiras para assegurar a segurança energética do país e os recursos necessários para a transição energética justa", ressaltou no informe.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/09/2025

TECON SANTOS 10: CADE APONTA RISCOS CONCORRENCIAIS EM REGRAS DO LEILÃO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 24/09/2025 - 20:08



Em análise consultiva a respeito de eventuais sobreposição horizontal ou integração vertical, parecer da SG do órgão antitruste alertou para possibilidade de concentração e para potenciais práticas como fechamento de mercado de insumos ou de clientes, além do acesso a informações sensíveis de concorrentes

Uma nota técnica da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) apontou riscos concorrenciais numa eventual concessão do Tecon Santos 10 a empresas

que já operam contêineres no Porto de Santos (SP) ou atuam em outros elos da cadeia. O parecer, no entanto, ressalta que a avaliação definitiva sobre os impactos concorrenciais somente seria possível no contexto de uma análise de concentração econômica, devidamente instruída pelo Cade, com todas as evidências da dinâmica concorrencial examinadas em profundidade.

No documento, em resposta aos questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU), os técnicos do Cade ressaltam que essa manifestação tem caráter consultivo e elucidativo, fornecendo subsídios sobre a metodologia de análise do órgão antitruste e os potenciais riscos a serem observados, ressaltando a competência do poder concedente e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para estruturar a concessão equilibrando os objetivos da política portuária e promovendo a concorrência.

No último dia 10 de setembro, o ministro relator da matéria no TCU, Antonio Anastasia, havia solicitado ao Cade manifestação sobre as questões concorrenciais relativas à concessão do Tecon Santos 10, que o governo pretende realizar ainda em 2025. Na última segunda-feira (22), o ministro de portos e aeroportos, Silvío Costa Filho, disse que o certame deve ocorrer na segunda quinzena de dezembro, possivelmente entre os dias 15 e 18.

A nota técnica, encaminhada à Corte de Contas nesta quarta-feira (24), aborda potenciais riscos concorrenciais que poderiam surgir dependendo do vencedor da licitação, relacionados principalmente à sobreposição horizontal e à integração vertical. Na primeira hipótese, o risco maior seria de concentração, considerando o vencedor do certame já atuando no mercado de serviços de movimentação de carga containerizada e de armazenagem alfandegada de carga containerizada em Santos.

Na segunda, os riscos de integração vertical existiriam se o vencedor da licitação atuasse em outros elos da cadeia, à montante ou à jusante, em relação ao mercado de serviços de movimentação de carga containerizada e de armazenagem alfandegada de carga containerizada no complexo portuário. “Nesse caso, haveria riscos de potenciais práticas como fechamento de mercado de insumos (input foreclosure) ou de clientes (customer foreclosure), além do acesso a informações sensíveis de concorrentes”, apontou.

A NT ressalta que a concessão pelo poder público não constitui um ato de concentração econômica sujeito à notificação obrigatória ao Cade. “Diferentemente de uma fusão ou aquisição entre empresas privadas, trata-se de uma outorga de concessão, cuja modelagem e regras competitivas são de responsabilidade primária do poder concedente e da agência reguladora setorial”, manifestou a superintendência.

Apesar de a aplicação da metodologia de análise do Cade sinalizar riscos concorrenciais hipotéticos associados a eventual sobreposição horizontal ou integração vertical, o parecer ressaltou que a identificação de um risco potencial é etapa preliminar e indicativa, não equivalente a uma conclusão de que esse risco vai se materializar em conduta anticompetitiva.

“Seria inadequado uma intervenção antitruste diante, apenas, de um apontamento de risco potencial. Uma avaliação conclusiva sobre a determinação quanto à existência de um dano efetivo à concorrência, que justifique intervenção, dependeria integralmente de uma apreciação de caso concreto pelo Cade, com base em dados e evidências”, pontua a nota técnica.

A Superintendência-Geral recomenda ‘harmonia e complementaridade’ entre a atuação da autoridade antitruste e dos órgãos reguladores, cabendo à Antaq e ao poder concedente a definição do modelo de concessão que melhor atenda aos interesses públicos setoriais, ao passo que o Cade deve zelar pela preservação de um ambiente concorrencialmente saudável, prevenindo e reprimindo o abuso de poder econômico.

“Não sendo possível confirmar, neste momento, os efeitos líquidos negativos à concorrência da participação dos atuais incumbentes do Porto de Santos, ainda assim, dentro do framework legal e regulatório vigente, seria possível a manutenção dessa vedação, que certamente resulta em

diminuição da concorrência pelo mercado, porém, essa restrição poderia ser justificável por alguma outra fundamentação que não concorrencial”, concluiu.

A área técnica do Cade também entendeu que a participação das atuais incumbentes do Porto de Santos em uma segunda etapa condicionada ao desinvestimento dos ativos que atualmente exploram não atenderia aos princípios e diretrizes preconizados no ‘Guia de Remédios Antitruste do Cade’ — restrições necessárias para corrigir os eventuais efeitos nocivos de uma concentração econômica.

De acordo com a nota, o princípio da proporcionalidade implica que se evite a adoção de ‘remédios’ que ultrapassem o necessário para restaurar a concorrência no mercado. Em tal princípio, o Cade recomenda que eventual intervenção seja no sentido de impor ações mitigadoras necessárias, adequadas e suficientes à efetiva reversão do potencial prejuízo à concorrência identificado. “A proporcionalidade deve buscar preservar eventuais eficiências, desde que garantida a supressão dos danos potenciais à concorrência gerados pela operação”, conclui.

Riscos horizontais

Um dos riscos apontados no parecer é se o operador vencedor da concessão já tiver participação significativa em outros terminais de contêineres no porto, o que poderia gerar concentração da capacidade de movimentação de carga e armazenagem alfandegada e menor pressão por redução de preços ou melhoria na qualidade dos serviços.

Outro aspecto apontado é que a concessão para exploração de um terminal exige investimentos elevados, cumprimento de exigências regulatórias e infraestrutura complexa, fatores que poderiam dificultar o ingresso de novos competidores no curto prazo. “Esses fatores podem repercutir diretamente nos preços e na qualidade do serviço oferecido ao usuário final, de modo que importadores, exportadores e demais clientes dos serviços portuários podem enfrentar tarifas mais elevadas, menor variedade de serviços e queda no nível de qualidade”, ressalta a SG em seu parecer.

Riscos Verticais

Em relação à integração vertical no Tecon Santos 10, a superintendência identificou risco relacionado ao fechamento de mercado de insumos (input foreclosure), na hipótese de o terminal portuário verticalmente integrado passar a atender exclusivamente o seu grupo econômico armador, reduzindo as opções de fornecedores aos armadores rivais.

A leitura é que esse aspecto poderia dificultar ou impedir o acesso dos armadores a preços e condições semelhantes às existentes na ausência da concentração econômica. Um dos efeitos mencionados é a possibilidade de recusa de contratação, ou por discriminação anticompetitiva de preço ou qualidade, podendo elevar os custos de armadores concorrentes e reduzir sua capacidade de operar, afetando negativamente a oferta de serviços portuários.

Outro risco seria de fechamento de mercado de clientes (customer foreclosure) caso o grupo econômico armador passasse a destinar, após a concentração econômica, a totalidade de suas cargas para o terminal portuário verticalizado, deixando de contratar os terminais portuários rivais e reduzindo de maneira significativa as opções de clientes armadores aos terminais rivais.

Uma integração vertical, segundo a nota técnica, também poderia possibilitar o acesso a informações concorrencialmente sensíveis. “Uma empresa verticalmente integrada, ao atuar em diferentes elos da cadeia, teria condições de acessar dados estratégicos sobre custos, preços, volumes, logística e clientes de seus concorrentes”. O documento aponta que tal assimetria informacional poderia ser utilizada para antecipar comportamentos de rivais, ajustar ofertas ou adotar práticas abusivas de poder de mercado.

Atualmente, os principais operadores de contêineres do Porto de Santos são a Santos Brasil, adquirida recentemente pela CMA CGM, além da BTP — JV entre Maersk e TIL (MSC) — e a DP World. Nos bastidores, o mercado estima que grandes armadores e investidores de diferentes partes

do mundo estão interessados no esperado novo terminal de contêineres do complexo portuário santista.

A expectativa é que o novo terminal de contêineres de Santos receba investimentos da ordem de R\$ 5,6 bilhões, que devem ampliar em 50% a capacidade de movimentação de cargas containerizadas no complexo portuário paulista. A área destinada ao arrendamento está localizada na região do Saboó, na margem direita do Porto de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/09/2025

PORTO DE IMBITUBA SUPERA 5 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ AGOSTO

Da Redação Portos e logística 24/09/2025 - 16:03



O Porto de Imbituba, em Santa Catarina, movimentou, de janeiro a agosto, 5,12 milhões de toneladas de cargas e recebeu 216 embarcações, informou na terça-feira (23) a administração portuária. A exportação somou 1,97 milhões de toneladas, principalmente de coque calcinado, coque não calcinado e farelo de milho. Na importação, o movimento foi de 2,14 milhões de toneladas, puxadas por insumos como hulha betuminosa, sal e cargas de uso industrial.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), essas operações representaram mais de 1,13 bilhões de dólares nos oito meses. Nas operações de cabotagem e no transbordo, foram 451,2 mil toneladas e 47,2 mil toneladas embarcadas e 120 mil toneladas e 39 mil desembarcadas, respectivamente. Já a movimentação de contêineres foi de 890 mil toneladas movimentadas nos oito primeiros meses do ano.

Os meses de março e junho registraram a maior movimentação no ano, ambos com mais de 25 navios atendidos e volumes acima de 640 mil toneladas. A expectativa da administração portuária é de que, até o fim do ano, o Porto de Imbituba ultrapasse a marca de sete milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/09/2025

INC FECHA CONTRATO PARA CONSTRUIR BARCO ESPECIALIZADO EM RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS OLEOSOS

Por Nelson Moreira Especial Navalshore 24/09/2025 - 16:17



Diretor do estaleiro catarinense disse que negociação com Global Maritime começou na 19ª edição da Navalshore, realizada em agosto, no Rio de Janeiro

O estaleiro INC (Indústria Naval Catarinense) assinou, na última terça-feira (23), contrato com a Global Maritime para a construção de um barco especializado em recolhimento de resíduos oleosos de embarcações. Segundo o diretor da indústria, Josuan Moraes Junior (foto), a produção será iniciada ainda em setembro e o prazo de entrega é de oito meses. Ele disse à Portos e Navios que a negociação com o armador começou durante a Navalshore 2025, a maior feira marítima da América Latina, realizada de 19 a 21 de agosto no Rio de Janeiro (RJ).

O barco encomendado pela Global Maritime terá 22 metros de comprimento, nove metros de boca e três metros de boca. Ele será usado na Baía de Todos os Santos, na Bahia, recolhendo resíduos

oleosos de navios para levá-los para terra, onde será dado o destino correto ao material, evitando riscos de poluição do mar.josuan-moraes-estaleiro-inc-divulgacao-edit.jpg

A encomenda, segundo Moraes, vai gerar 100 empregos diretos no INC, que trabalha com cerca de 200 colaboradores e está com ocupação de 80% da sua capacidade instalada. Ele explicou que é o primeiro barco com essa destinação que será construída no estaleiro e que há possibilidade de a Global Maritime encomendar outras, de maior porte.

Moraes Junior contou que foi procurado durante a feira no stand do estaleiro por representantes da empresa, que conheceram detalhes sobre o INC e, a partir daí, informaram detalhes do barco de que precisariam. “A negociação foi rápida. Apresentamos o projeto de construção, que foi aprovado, e o contrato foi fechado”, relatou.

O diretor do INC destacou a importância da Navalshore como espaço privilegiado para que empresas do setor marítimo e naval apresentem seus produtos, troquem informações, estabeleçam contato e fechem acordos. “É um evento fundamental para o setor, por possibilitar esse intercâmbio e incrementar vendas e troca de experiências”, disse Moraes, lembrando que também durante a feira o estaleiro fechou contrato com a Seacoast, especializada em serviços de cabotagem e de apoio marítimo, para a construção de duas balsas oceânicas destinadas a operações de apoio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/09/2025

PORTOS CATARINENSES RECEBERÃO R\$ 436 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO DE OPERAÇÕES



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) prevê que os portos catarinenses receberão investimentos de R\$ 436,6 milhões, entre obras e autorizações, destinados ao fortalecimento da infraestrutura portuária no estado. Nesta terça-feira (23), o ministro da pasta, Silvio Costa Filho, participou da assinatura da ordem de serviço da dragagem da Baía da Babitonga e da celebração dos investimentos, públicos e privados, previstos para os portos e terminais locais. A cerimônia ocorreu no Porto de São Francisco do Sul (SC).

Atualmente Santa Catarina possui seis portos, sendo Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba, públicos; e Itapoá, Portonave e Teporti, privados voltados a cargas específicas. O destaque é a movimentação de contêineres, cargas gerais e granel, conectando a produção regional e nacional a importantes mercados internacionais.

Costa Filho destacou que, entre investimentos públicos e privados, Santa Catarina conta hoje com mais de R\$ 5,3 bilhões. “O estado é dos que mais cresce no Brasil. É um novo hub de desenvolvimento para o setor portuário nacional. Hoje, nós temos seis portos estratégicos e chegaremos a oito portos nos próximos anos. Isso será fundamental para que a gente possa ampliar as nossas operações do setor portuário aqui no estado”, afirmou o ministro.

De acordo com o MPor, entre janeiro e julho de 2025, os seis terminais movimentaram 16,8 milhões de toneladas: 10,5 milhões em São Francisco do Sul, 4,2 milhões em Imbituba e 2,1 milhões em Itajaí. “Tivemos um crescimento de mais de 10% no setor. Um crescimento exponencial na operação de contêineres, mais de 20% das operações de contêineres no Brasil passam aqui pelos portos de Santa Catarina”, afirmou.

Durante a agenda no estado, Costa Filho fez um sobrevoo na Baía da Babitonga para observar as instalações do Porto de São Francisco e do Porto de Itapoá. Ele destacou que mais de R\$ 10 bilhões

dos R\$ 20 bilhões de investimentos do PAC em Santa Catarina são referentes a aportes públicos e privados no setor portuário.

Dragagem

No evento, o ministro assinou a ordem de serviço da dragagem da Baía da Babitonga, que receberá mais de R\$ 300 milhões dentro do Novo PAC para garantir segurança à navegação, eficiência logística e ampliar a capacidade operacional do porto. O prazo previsto para execução é de 10 meses.

Essa obra permitirá o atendimento a embarcações de maior porte, aumentando a competitividade e assegurando o fluxo com mais eficiência e segurança. O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, salientou que, com os investimentos em dragagem, a iniciativa privada está dando um pontapé decisivo no crescimento e desenvolvimento do setor.

O secretário nacional de portos, Alex Ávila, chamou a atenção para união de esforços dos governos federal e estadual junto à agência reguladora para trazer benefícios logísticos e elevar a qualidade e o nível de serviço dos portos catarinenses. O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, acrescentou que a movimentação portuária no estado é fundamental para que a iniciativa privada continue investindo no setor.

“O empresário espera ambiente de negócio sadio, segurança jurídica e as agências reguladoras são importantes para poder preservar esse ambiente. Estamos aqui vendo o melhoramento de acesso aquaviário, o melhoramento dos acessos terrestres e o que a gente precisa é da união do setor privado, com o Governo do Estado, com o Governo Federal para melhorar a vida da população, baratear os produtos, reduzir o custo do Brasil”, disse Dias.

O Porto de Imbituba contará com R\$ 87 milhões de recursos federais para a manutenção e o reforço do molhe. As obras têm prazo estimado de 18 meses e visam aumentar a proteção e eficiência da infraestrutura local. Também em Imbituba, os aportes incluem R\$ 17 milhões para o acesso rodoviário sul e R\$ 14 milhões para o acesso rodoviário norte.

No Porto de São Francisco do Sul, R\$ 12,6 milhões serão destinados à melhoria da infraestrutura viária. O pacote também contempla outros investimentos estratégicos. Serão destinados R\$ 4,3 milhões para a contratação do Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT), em parceria com a Infra S.A. O estudo, segundo o MPor, será importante para o planejamento integrado da infraestrutura, com foco no escoamento de cargas e no desenvolvimento logístico.

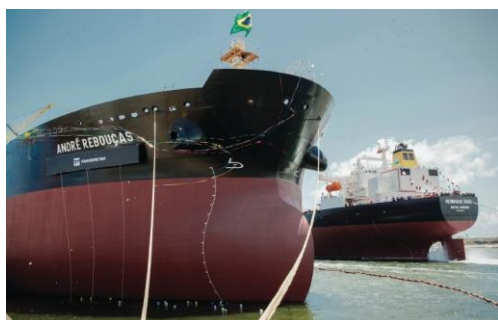
Outro investimento previsto vai para a construção de um novo posto avançado da Marinha do Brasil em Imbituba, que contará com R\$ 2,2 milhões em recursos. De acordo com o ministério, essa unidade reforçará a presença da autoridade marítima na região, ampliando a segurança das operações e o monitoramento do tráfego aquaviário local.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2025

TP25: PETROBRAS OBTÉM HABILITAÇÃO PRÉVIA DE 16 NAVIOS PARA DEPRECIAÇÃO ACELERADA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 23/09/2025 - 20:22



Aprovação do MDIC abrange projetos de 4 Handy, 8 gaseiros e 4 MR-1, que estão em diferentes estágios no programa de renovação e ampliação da frota da Transpetro

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) aprovou os pedidos de habilitação prévia de quotas diferenciadas de depreciação acelerada apresentados pela Petrobras para os 16 primeiros dos 25 petroleiros e

gaseiros do programa de renovação e ampliação da frota da Transpetro (TP25). O benefício é concedido a navios-tanques novos, produzidos no Brasil, destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente em operação de cabotagem de petróleo e seus derivados.

As decisões envolvem os 4 primeiros navios, classe Handy-2, que foram licitados e serão construídos pelo consórcio formado pela Ecovix e o grupo Mac Laren. Também receberam habilitação prévia para a depreciação os projetos dos gaseiros, que estão na fase de licitação — a comissão do certame realizou a abertura dos envelopes com as propostas na última segunda-feira (22). Outros 4 navios, MR-1, cujo edital de licitação deve ser lançado nas próximas semanas, também obtiveram a habilitação prévia para o benefício.

Os projetos dos quatro petroleiros 'Handy-2' têm capacidade de transporte de petróleo e derivados de 15.000 a 18.000 metros cúbicos (m³). Os 8 gaseiros terão capacidade de transporte de 7.000 m³ de líquidos de gás, sendo 5 deles pressurizados e 3 semirrefrigerados. Os quatro navios-tanque MR-1 terão capacidade de transporte de petróleo e derivados de 27.500 m³ a 39.900 m³ cada.

De acordo com os despachos, os processos passaram por análise do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC) e do Departamento de Combustível Derivados de Petróleo da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (SNPGB/MME).

Novo limite

Na semana passada, Portos e Navios noticiou que o governo federal encaminhou ao Congresso uma medida provisória que ampliou, de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 2,4 bilhões, o limite da autorização para concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil. A MP altera o limite de renúncia fiscal estabelecido pela Lei 14.871/2024, que trata do incentivo destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividades de cabotagem de petróleo e seus derivados e de derivados de gás natural, e para embarcações de apoio marítimo utilizadas para o suporte logístico e a prestação de serviços aos campos, às instalações e às plataformas offshore.

O benefício pode ser concedido às aquisições de navios-tanque novos cujos contratos sejam celebrados até 31 de dezembro de 2026 e que entrem em operação na atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados e de derivados de gás natural a partir de 1º de janeiro de 2027. A depreciação acelerada foi importante para a viabilidade econômica do projeto dos 4 primeiros petroleiros do TP25.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2025

NA ONU, LULA DEFENDE AÇÕES PARA REDUZIR IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Por Nelson Moreira Economia 23/09/2025 - 19:48



Na abertura da assembleia geral, presidente ressaltou que Brasil se comprometeu a reduzir entre 59 e 67% suas emissões, abrangendo todos os GEE e em todos os setores da economia

No discurso que fez nesta terça-feira (23) na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a necessidade urgente de os países, principalmente os ricos, reduzirem seus gastos militares e investirem em programas para reduzir o impacto das mudanças climáticas, a carbonização e a temperatura do planeta. “Bombas e armas nucleares não vão nos proteger da crise climática”, disse o presidente brasileiro.

Lula lembrou que o ano de 2024 foi o mais quente já registrado e destacou a importância da realização em novembro em Belém, no Pará, da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, a COP 30. “Será a COP da verdade. Será o momento de os líderes mundiais provarem a seriedade de seu compromisso com o planeta. Sem ter o quadro completo das Contribuições Nacionalmente Determinadas (as NDCs), caminharemos de olhos vendados para o abismo”, afirmou.

O presidente ressaltou que o Brasil se comprometeu a reduzir entre 59 e 67% suas emissões, abrangendo todos os gases de efeito estufa (GEE) e em todos os setores da economia. E que nações em desenvolvimento enfrentam a mudança do clima ao mesmo tempo em que lutam contra outros desafios. “Enquanto isso, países ricos usufruem de padrão de vida obtido às custas de duzentos anos de emissões”, declarou.

Segundo o governante brasileiro, exigir mais ambição e maior acesso a recursos e tecnologias não é uma questão de caridade, mas de justiça. “A corrida por minerais críticos, essenciais para a transição energética, não pode reproduzir a lógica predatória que marcou os últimos séculos”, disse Lula

Ele lembrou também os esforços que o país tem feito contra a devastação de suas florestas e do meio ambiente, com destaque para a Amazônia. “O Brasil já reduziu pela metade o desmatamento na região nos dois últimos anos”, informou. Ele anunciou em seu discurso o lançamento pelo Brasil do Fundo Florestas Tropicais para Sempre para remunerar os países que mantêm suas florestas em pé e que terá como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável. “É chegado o momento de passar da fase de negociação para a etapa de implementação”, enfatizou.

O presidente brasileiro disse ainda que “é necessário trazer o combate à mudança do clima para o coração da ONU, para que ela tenha a atenção que merece” e propôs a criação de um conselho vinculado à Assembleia Geral com força e legitimidade para monitorar compromissos e dar coerência à ação contra as mudanças climáticas. “Trata-se de um passo fundamental na direção de uma reforma mais abrangente da Organização, que contemple também um Conselho de Segurança ampliado nas duas categorias de membros”.

EUA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que discursou logo após Lula, condenou todos os projetos voltados para a redução dos impactos da mudança e rechaçou a solidariedade aos países pobres. Trump sugeriu que as nações mais ricas se recusem a fazer investimentos em busca de desenvolvimento com menos reflexos sobre o clima do planeta. “Estou dizendo que, se você não se livrar do ‘golpe da energia verde’, seu país vai fracassar”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2025

ENCONTRO ENTRE LULA E TRUMP REFORÇA IMPORTÂNCIA DA RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA, AVALIA CNI

Da Redação Portos e logística 23/09/2025 - 19:30



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, nesta terça-feira (23), uma nota em que informa que “recebeu com entusiasmo” o anúncio do presidente americano Donald Trump, feito na Assembleia Geral da ONU, de que se reunirá com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima semana. Segundo o documento, a retomada do diálogo em alto nível é fundamental para reaproximar Brasil e Estados Unidos.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, avalia que a sinalização de Trump abre caminho para negociações que podem aliviar o impacto das sobretaxas de importação aplicadas a produtos

brasileiros. “A fala do presidente Trump, sinalizando uma abertura para o diálogo com o presidente Lula, aumenta a esperança para que os dois governos iniciem uma mesa de negociação para rediscutir as pesadas tarifas impostas pelos Estados Unidos”, disse.

Na nota, a CNI lembra que, em 2024, as exportações brasileiras para os Estados Unidos alcançaram 40,4 bilhões de dólares, com alta de 9,4% em relação ao ano anterior, e que as importações somaram 40,7 bilhões de dólares, 7,1% a mais que em 2023. De acordo com a confederação, mais de 80% das vendas brasileiras aos Estados Unidos têm origem na indústria de transformação, especialmente nos segmentos de aço, alumínio, veículos e autopeças, os mais afetados pelas tarifas adicionais.

Segundo Alban, a reunião entre os presidentes pode representar uma oportunidade de reaproximação estratégica, capaz de reduzir barreiras, ampliar a cooperação em áreas de inovação e sustentabilidade e reforçar a segurança jurídica para investimentos de longo prazo. “O comércio bilateral é vital para a competitividade da indústria brasileira e só pode avançar com base no diálogo e na construção de soluções negociadas”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2025

CABOTAGEM REGISTROU MAIOR MOVIMENTAÇÃO PARA O MÊS DE JULHO

Da Redação Navegação 23/09/2025 - 19:53



A movimentação de cargas registrada na cabotagem totalizou 26 milhões de toneladas em julho. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), esse foi o maior volume movimentado nesse período pelo modal desde o início da série histórica que computa esse movimento, em 2010. Os dados constam no Painel Estatístico da agência reguladora, que verificou naquele mês aumento de 2,09% no movimento de cargas entre portos brasileiros.

O boletim informa também que houve, no sétimo mês de 2025, alta de 5,8% na movimentação de cargas em operações de longo curso, em comparação com julho de 2024. No período, segundo a Antaq, foram movimentadas 90,8 milhões de toneladas de cargas. Já na navegação interior o volume transportado foi 7,8 milhões de toneladas.

Em julho, o setor aquaviário movimentou 124,7 milhões de toneladas de cargas, com crescimento de 4,16% frente ao mesmo mês de 2024. Segundo o painel estatístico da agência, essa movimentação também representa recorde para o período. Já a movimentação acumulada de janeiro e julho atingiu 780,4 milhões, com alta de 1,76%.

A movimentação nos portos públicos cresceu 4,32% e nos Terminais de Uso Privado (TUPs), 4,07%, em julho, sendo o maior volume de cargas registradas nas instalações portuárias para o mês. Entre os 20 portos públicos que mais movimentaram no país, o com maior crescimento percentual foi o de São Francisco do Sul (SC), que teve alta de 51,04% e movimentou 1,7 milhão de toneladas. Entre os 20 TUPs que mais movimentaram no período, o com o maior crescimento foi o Terminal Marítimo Ponta Ubu, no Espírito Sant. Por ele, passou 1,2 milhão de toneladas de cargas em julho, o que representou alta de 61,68%.

Segundo a Antaq, movimentação foi puxada pelas cargas containerizadas, os granéis sólidos e as cargas gerais. As cargas containerizadas atingiram 13,9 milhões de toneladas, com aumento de 3,32% frente a julho do ano passado, sendo 9,3 milhões de toneladas no longo curso, 4,5 milhões na cabotagem e 0,1 milhão na navegação interior e na de apoio portuário. Em TEUs, a movimentação de contêineres foi de 1,3 milhão.

Os granéis sólidos, que representaram 61,4% de tudo que foi movimentado pelos portos brasileiros, registraram 76,6 milhões de toneladas e crescimento de 3,73%, a carga geral apresentou alta de



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 143/2025
Página 59 de 59
Data: 24/09/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

0,89%, com movimentação de 5,4 milhões, e os graneis líquidos apresentaram movimentação de 28,8 milhões de toneladas e acréscimo de 6,38%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 24/09/2025